

**APRESENTAÇÃO GERAL DA
REGIÃO ADMINISTRATIVA
ESPECIAL DE MACAU EM 2019**

No ano de 2019, que coincidiu com o 70.º aniversário da fundação da República Popular da China e com o 20.º aniversário do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, o Presidente do País, Xi Jinping, chegou a Macau para efectuar visitas e participar numa série de actividades de celebração do estabelecimento da Região Administrativa Especial e decorreu, de forma suave, a eleição do Chefe do Executivo do V Governo da Região Administrativa Especial de Macau.

O Governo da RAEM, norteado por conceitos da acção governativa de desenvolvimento em prol da população e da partilha de resultados do desenvolvimento, continuou a promover a construção urbana, o desenvolvimento estável da economia e optimização de diversas políticas e medidas de melhoria da vida da população, tendo concluído 90 por cento dos trabalhos definidos no “Plano Quinquenal de Desenvolvimento de Macau”. Para uma melhor articulação com as «Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau», o Governo da RAEM elaborou um anexo ao primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM, que integra a construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau no plano quinquenal de desenvolvimento, com o objectivo de implementar a articulação com o plano geral do Estado e delinear em pormenor os respectivos trabalhos nas acções governativas do corrente ano.

Foi criado o Grupo Especializado para o Desenvolvimento da Inovação, da Tecnologia e da Cidade Inteligente, para planear e coordenar os trabalhos relativos à inovação tecnológica e à construção da cidade inteligente. O centro de computação em nuvem do Governo entrou oficialmente em funcionamento. Foi publicado e implementado o “Plano decenal de prevenção e redução de desastres em Macau (2019-2028)”, melhorando-se, por tanto, a capacidade da cidade segura de resposta a situações de emergência. Foi aprovada a extensão dos contratos de subvenção e subcontratação de operações de duas empresas de jogos por dois anos, criando-se, assim, condições para o melhor desenvolvimento de trabalho da próxima fase.



Presidente, Xi Jinping, Formulou Quatro Esperanças para a RAEM por Ocasião do 20.º Aniversário do Estabelecimento da RAEM



Em 20 de Dezembro de 2019, realizou-se a grande celebração do 20.º aniversário do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau. O Presidente do País, Xi Jinping, chegou a Macau para participar numa série de actividades de celebração e efectuar visitas. Nas cerimónias das comemorações do 20.º aniversário do regresso de Macau à Pátria e da

tomada de posse do V Governo, o Presidente, Xi Jinping, proferiu um importante discurso, onde formulou quatro esperanças para RAEM e reiterou a confiança de que o povo chinês, incluindo de Hong Kong e Macau, tem a sabedoria e a capacidade para concretizar melhor a prática de «um país, dois sistemas», aperfeiçoar ainda mais este sistema institucional e alcançar uma melhor governação nas duas regiões administrativas especiais.

O Presidente do País, Xi Jinping, e comitiva chegaram ao Aeroporto Internacional de Macau à tarde de 18 de Dezembro e o Chefe do Executivo, Chui Sai On, e a esposa deslocaram-se ao interior do avião para o receber. À chegada, Xi Jinping, e esposa, Peng Liyuan, receberam ramos de flores das mãos de dois alunos da secção primária da Escola para Filhos e Irmãos dos Operários, cumprimentando todos os titulares dos principais cargos presentes ao longo do tapete vermelho e acenando para o público. O Presidente e sua esposa foram ainda recebidos, calorosamente por mais de 400 estudantes do ensino primário, secundário e universitário, que os saudavam com a bandeira nacional, regional e flores.

No parque de estacionamento do aeroporto, ao falar brevemente à comunicação social, o Presidente, Xi, afirmou estar muito feliz por visitar Macau uma vez mais por ocasião da grande celebração do 20.º aniversário do regresso de Macau à Pátria, pelo que gostaria de congratular a população de Macau em nome do Governo Central e da população de todas as etnias do País. Sublinhou ainda o orgulho pelos resultados e o progresso alcançados nestes 20 anos, sendo uma enorme honra para a população nacional e o Governo Central. Afirmou que o Governo da RAEM executou de forma séria a política «um país, dois sistemas», cujas experiências e características próprias merecem ser uma referência. Acrescentou ser necessário concretizar, em conjunto, o belo futuro e o plano de desenvolvimento de Macau, e que para isso está disponível para troca de opiniões e intercâmbio com individualidades de diversos sectores da sociedade local, nos próximos dias, durante a sua estada.

O Presidente, Xi Jinping, reconheceu os resultados alcançados na construção da RAEM na visita ao desenvolvimento urbano de Macau

Ao início da manhã de 19 de Dezembro, acompanhado pelo Chefe do Executivo, Chui Sai On, o Presidente, Xi Jinping, visitou o Centro de Serviços da RAEM na zona da Areia Preta, onde se inteirou das várias áreas de serviços prestados, e teve ainda oportunidade de conversar cordialmente e apertar as mãos a residentes e funcionários público, no local. Durante a visita, o Presidente, Xi Jinping, começou por ouvir a apresentação da secretária para a Administração e Justiça, Chan Hoi Fan, sobre os serviços ali disponíveis, dirigindo-se de seguida à Área de Serviços da Direcção dos Serviços de Identificação para conhecer o funcionamento das máquinas de auto-atendimento da DSI, ouviu a apresentação sobre as versões antiga e nova do bilhete de identidade e do passaporte, bem como a sua utilidade, e conversou com residentes que estavam à espera de serem atendidos, e mostrou-se interessado em saber quais as facilidades das formalidades. O Presidente, Xi Jinping, visitou ainda a Área de Serviços do Fundo de Segurança Social, onde lhe foi explicado o regime de pensões para idosos, e conversou com os idosos que estavam a tratar de formalidades relacionadas com as pensões.

Em seguida, o Presidente, Xi Jinping, deslocou-se à Escola de Talentos anexa à Escola Hou Kong, para visitar os alunos do ensino primário da Escola, que lhe tinham endereçado uma carta. O Presidente visitou a exposição de resultados e produtos de generalização científica de alunos e assistiu à simulação de uma aula de disciplina de história. Xi Jinping incentivou os serviços educativos e escolas da RAEM a assumirem a responsabilidade principal e a procederem melhor ao trabalho da educação patriótica. Disse acreditar que os jovens de Macau vão tornar-se em verdadeiros quadros qualificados de Macau e do País.

Depois, o Presidente, Xi Jinping, deslocou-se ao Complexo da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, situado no lado do Lago Nam Van, para visitar as várias exposições patentes no Complexo, designadamente a Área de Amostra dos Trabalhos da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, o Centro de Exposição de Produtos Alimentares dos Países de Língua portuguesa. O secretário para a Economia e Finanças, Leong Vai Tac, fez a apresentação ao Presidente sobre os trabalhos de construção e andamento da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. O Presidente, Xi Jinping, concordou com as funções de Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa desempenhadas por Macau, e salientou a grande potencialidade de desenvolvimento dos países de língua portuguesa.

Na mesma ocasião, o Presidente, Xi Jinping, aproveitou para conversar, em mandarim, com onze estudantes da Malásia, Coreia do Sul, Cabo Verde, Brasil e Portugal, manifestou a sua atenção à situação de estudar e viver em Macau dos estudantes, à esperança de uma vida de estudo feliz e tranquila em Macau, e ainda de um futuro onde podem utilizar e aplicar os conhecimentos adquiridos. Durante a visita à Exposição de Construção e Desenvolvimento Urbanos, o Presidente, Xi Jinping, reconheceu os resultados alcançados no desenvolvimento urbano de Macau, desde o regresso de Macau à Pátria, manifestando ainda a expectativa pelo futuro desenvolvimento urbano de Macau.

Cinco pontos altos alcançados por Macau na aplicação do princípio de «um país, dois sistemas»

O Presidente, Xi Jinping, ao discursar no jantar de boas-vindas realizado à noite de 19, referiu que, nos últimos 20 anos desde o regresso à Pátria, Macau tem registado um desenvolvimento económico muito rápido e uma melhoria muito significativa do bem-estar da população. E, por isso, considera que os compatriotas de Macau partilham maior dignidade e orgulho da grande Pátria.

Na mesma ocasião, o Presidente, Xi, elogiou Macau por persistir em combinar os princípios e requisitos de «um país, dois sistemas» com a realidade local, dotado de um espírito pioneiro e criativo conseguiu que a aplicação desse mesmo princípio apresentasse cinco pontos altos, designadamente o amor à Pátria e o amor a Macau, que constituem valores fundamentais de toda a sociedade, a autoridade da Constituição e da Lei Básica que já está bem consolidada, o sistema liderado pelo executivo que funciona sem sobressaltos, a atitude positiva e proactiva para integrar o desenvolvimento nacional e a inclusão e a harmonia que fortalecem a coesão

social, Xi Jinping disse estar convicto de que a concretização do princípio de «um país, dois sistemas» com as características de Macau vai certamente obter mais sucessos e que os compatriotas de Macau vão dar mais contributos para a realização do sonho chinês da grande revitalização da nação chinesa.

Quatro esperanças formuladas pelo Presidente, Xi Jinping, na cerimónia da tomada de posse de nova equipa governativa

As cerimónias das comemorações do 20.º aniversário do regresso de Macau à Pátria e da tomada de posse do V Governo realizaram-se solenemente, pelas 10h00 do dia 20, na Nave Desportiva dos Jogos da Ásia Oriental de Macau. Ho Iat Seng prestou juramento e fidelidade perante o Presidente, Xi Jinping, e tomou posse como Chefe do Executivo do V Governo da RAEM, seguido dos titulares dos principais cargos e do Procurador da RAEM que também procederam às sessões de juramento e tomada de posse. Depois, os membros do Conselho Executivo da RAEM prestaram juramento e fidelidade e tomaram posse perante o Chefe do Executivo, Ho Iat Seng.

Na ocasião, o Presidente, Xi Jinping, proferiu um importante discurso, onde resumiu as experiências do sucesso da prática de «um país, dois sistemas» em quatro pontos, formulando ainda quatro esperanças para a RAEM. Primeiro, continuar a avançar e acompanhar o ritmo da nova era, aumentar ainda mais o nível de governação da RAEM, atender às mudanças e solicitações novas derivadas do desenvolvimento da governação de uma sociedade moderna, promover as reformas de regimes de administração pública e de outras, elevar a eficiência da governação do Governo, tomar sempre como o princípio básico, de actuar nos termos da lei na governação da RAEM, aplicar e aproveitar de forma constante as novas ciências e tecnologias, acelerar a construção de Macau numa cidade inteligente, promover uma decisão administrativa mais científica, uma gerência social mais precisa e um serviço social mais eficaz.

Segundo, continuar a inovar e explorar, para impulsionar ainda mais o desenvolvimento sustentável e saudável da economia de Macau, insistindo no objectivo estratégico de construção de «Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base», priorizando a elaboração do planeamento, dando importância à coordenação, fazendo corresponder a realidade de Macau e as opções correctas de direcção no avanço de projectos de grande proporção no âmbito da diversificação apropriada da economia, concentrando os recursos políticos, humanos e financeiros, concretizando activamente a circulação com a estratégia nacional de desenvolvimento, adquirir oportunidades nas construções de «Uma Faixa, Uma Rota» e da Grande Baía de Guangdong-Hong Kong-Macau, aproveitar as suas próprias vantagens, reforçar a sua actual competitividade, enfatizando a cooperação com Zhuhai na construção conjunta de Hengqin, para ampliar o espaço de crescimento e injectar uma nova força dinâmica ao desenvolvimento de Macau a longo prazo.

Terceiro, insistir no princípio de priorizar o serviço aos cidadãos, assegurar e melhorar ainda mais a vida dos residentes, reforçar a construção de infra-estrutura e instalações públicas de acordo com as necessidades dos residentes e do desenvolvimento urbano, responder activamente às atenções e solicitações dos residentes, resolver com mais eficácia os problemas destacados nas

áreas da habitação, saúde, cuidados aos idosos e outras, aumentar ainda mais o grau educativo, a fim de criar um regime de alto nível e melhores condições para o desenvolvimento dos jovens.

Quarto, continuar a manter a tolerância e a integração sociais e promover ainda mais a estabilidade e harmonia sociais, insistir e prevalecer os valores nucleários de amor à Pátria e amor a Macau, reforçar a união de forma mais ampla aos consensos sociais com vista a construir Macau em conjunto, reforçar os trabalhos relativos às associações para consolidar as tradições de união social e priorizar a consulta e o diálogo, resolver de forma apropriada os conflitos sociais, salvaguardar conjuntamente a paz social, prevalecer as vantagens de Macau de encontro ao intercâmbio entre as culturas chinesa e ocidental e incrementar o intercâmbio cultural internacional.

Sinergias e Avanço, Mudanças e Inovação para criar em conjunto o melhor futuro de Macau

Ao discursar na cerimónia da tomada de posse, o Chefe do Executivo do V Governo da Região Administrativa Especial de Macau, Ho Iat Seng, salientou que o novo governo irá rever seriamente a experiência de sucesso da aplicação do princípio «um país, dois sistemas» em Macau nos últimos vinte anos, e atendendo à situação concreta local, continuar a aprofundar a sua implementação com características de Macau.

Adiantou que os êxitos económicos e os progressos notáveis alcançados por Macau, ao longo destes vinte anos, proporcionaram alicerces sólidos para o seu desenvolvimento, enquanto o forte desejo dos residentes pelo desenvolvimento e bem-estar sociais constitui uma enorme força propulsora ao desenvolvimento de Macau. Reiterou que as iniciativas de «Uma Faixa, Uma Rota» e da construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, implementadas no quadro do aprofundamento da política de reforma do País e da sua maior abertura ao exterior, trouxeram a Macau grandes oportunidades de desenvolvimento. Lembrou que no processo do seu desenvolvimento, Macau tem como papel impulsionar a construção de «Um Centro, Uma Plataforma e Uma Base», aprofundar a cooperação regional, em especial com a cidade de Zhuhai, no que respeita à criação de novos mecanismos de cooperação para o desenvolvimento da Ilha de Hengqin, e promover a diversificação adequada da sua economia. Frisou que devido ao seu multiculturalismo, Macau possui vantagens únicas como ponte entre o oriente e o ocidente e entre a China e os países de língua portuguesa.

Ho Iat Seng está convicto de que o futuro de Macau será promissor e a aplicação do princípio «um país, dois sistemas» conhecerá resultados mais brilhantes, com o apoio e a orientação do Governo Central, desde que saiba tirar pleno partido dos alicerces, da vitalidade, das oportunidades, do posicionamento e das vantagens do seu desenvolvimento, tendo também sempre em mente o lema «Sinergias e Avanço, Mudanças e Inovação». Acredita que Macau seguirá junto com a Pátria o caminho de desenvolvimento rumo à prosperidade e à materialização do sonho chinês da grande revitalização da nação chinesa.



Animado pelo Espírito de Mudança e Inovação, Ho Iat Seng Foi Eleito Chefe do Executivo com Elevado Número de Votos



O ano de 2019 foi do 70.º aniversário da implantação da República Popular da China e do 20.º aniversário do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau. Durante o qual, o IV Governo da RAEM empenhou-se, de forma proactiva, nos trabalhos relativos à eleição para o Chefe do Executivo do V Governo. Em 25 de Agosto, o então presidente da Assembleia Legislativa, Ho Iat Seng, foi eleito Chefe do Executivo do V Governo com 98 por cento do total dos votos dos membros da Comissão Eleitoral.

A realização ordenada da eleição para o Chefe do Executivo representou a implementação total dos princípios orientadores «um país, dois sistemas», e «Macau governado pelas suas gentes» com alto grau de autonomia, estabelecendo alicerces sólidos para a prosperidade e estabilidade da Região Administrativa Especial. Acredita-se que sob a direcção do Governo Central, será escrito um novo capítulo do desenvolvimento de Macau.

Processo eleitoral decorreu nos termos da lei e de forma ordenada

Em 4 de Fevereiro de 2019, o Chefe do Executivo, Chui Sai On, decretou, nos termos da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau e da Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo, a Ordem Executiva n.º 54/2019, que definiu o dia 16 de Junho de 2019 para as eleições dos membros da Comissão Eleitoral do Chefe do Executivo, dando assim início ao processo eleitoral do V Chefe do Executivo. O presidente e os membros da Comissão de Assuntos Eleitorais do Chefe do Executivo (CAECE) tomaram posse mediante prestação de juramento em 13 de Fevereiro e desenvolveram de forma eficaz os respectivos trabalhos relativos à eleição do Chefe do Executivo

do V Governo de acordo com o princípio de justiça e abertura. A CAECE é composta por cinco membros, designadamente a juíza do Tribunal de Última Instância, Song Man Lei (presidente da CAECE), o procurador-adjunto do Ministério Público, Chan Tsz King, o juiz do Tribunal de Segunda Instância, Tong Hio Fong, o director dos Serviços de Administração e Função Pública, Kou Peng Kuan e o director do Gabinete de Comunicação Social, Chan Chi Ping.

A eleição dos membros da Comissão Eleitoral do Chefe do Executivo decorreu, em 16 de Junho, com a participação de um total de 350 candidatos. Dos 5735 eleitores devidamente habilitados, 5001 representantes de pessoa colectiva exerceram o seu direito de voto, cuja taxa de votação foi de 87,2 por cento, sendo superior à taxa de 82,69 por cento registada na última eleição, o que ilustra a participação proactiva e o apoio dos eleitores dos diversos sectores à presente eleição, demonstrando de forma relevante a aceitabilidade do actual sistema eleitoral.

Após o resultado das eleições dos membros da Comissão Eleitoral ser verificado e publicado pelo Tribunal de Última Instância, e serem reconhecidos pela Comissão de Assuntos Eleitorais do Chefe do Executivo os membros da Comissão Eleitoral referentes aos certos subsectores, a lista de todos os membros da Comissão Eleitoral foi publicada no Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau em 24 de Junho.

Nos termos da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, o Chefe do Executivo é eleito, por uma Comissão Eleitoral amplamente representativa, com base nos princípios da equidade, da justiça e de abertura, e nomeado pelo Governo Popular Central. O Mandato do Chefe do Executivo tem a duração de cinco anos.

Ratificada em 30 de Junho de 2012, pela Vigésima Sétima Sessão do Comité Permanente da Décima Primeira Legislatura da Assembleia Popular Nacional, a composição da Comissão Eleitoral para a eleição do Chefe do Executivo foi aumentada de 300 para 400 membros e os candidatos ao cargo de Chefe do Executivo podem ser apresentados conjuntamente por, pelo menos, 66 membros da Comissão Eleitoral em vez de 50 membros. A Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo sofreu duas alterações nos últimos 20 anos, o que reforçou a representabilidade da Comissão Eleitoral.

De acordo com o disposto da Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo, a Comissão Eleitoral é composta por 400 membros provenientes de quatro sectores: o total dos membros do 1.º sector - industrial, comercial e financeiro é de 120. O total dos membros do 2.º sector é de 115, distribuído da seguinte forma: 26 membros do subsector cultural; 29 membros do subsector educacional; 43 membros do subsector profissional; 17 membros do subsector desportivo. O total dos membros do 3.º sector é de 115, distribuído da seguinte forma: 59 membros do subsector do trabalho; 50 membros do subsector dos serviços sociais; Membros do subsector da religião: dois representantes de associações católicas, dois representantes de associações budistas, um representante de associações protestantes e um representante de associações tauistas. O total dos membros do 4.º sector é de 50, distribuído da seguinte forma: 22 representantes dos deputados à Assembleia Legislativa; 12 deputados de Macau à Assembleia Popular Nacional; 14 representantes dos membros de Macau no Comité Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês; dois representantes dos membros do órgão municipal.

Além de seis representantes do subsector da religião do 3.º sector e 50 representantes do 4.º sector, que são escolhidos mediante sufrágio interno ou consultas, os restantes 344 membros provenientes de sete sectores ou subsectores são eleitos mediante a votação.

Ho Iat Seng anuncia a candidatura ao cargo de Chefe do Executivo

Após a constituição da Comissão Eleitoral, o processo eleitoral para o Chefe do Executivo continuou a desenrolar-se de forma ordenada. Segundo a Ordem Executiva n.º 94/2019, foi marcado o dia 25 de Agosto de 2019 como o dia da eleição para o cargo de Chefe do Executivo. O período de propositura de candidatos à eleição do Chefe do Executivo decorreu entre 8 e 23 de Julho. Nos termos da Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo, os candidatos ao cargo de Chefe do Executivo têm de ser propostos, pelo menos, por 66 membros da Comissão Eleitoral.

O então presidente da Assembleia Legislativa de Macau, Ho Iat Seng, convocou uma conferência de imprensa, em 18 de Junho, para anunciar sua candidatura e apresentou a declaração da candidatura intitulada “novo papel, nova responsabilidade, novo desempenho”, avançando continuamente para a meta de “optimização da democracia e desenvolvimento diversificado”. Apesar de a lei ter estipulado que, deputados à Assembleia Legislativa têm que renunciar ao seu mandato só depois de ser eleito Chefe do Executivo, Ho Iat Seng revelou, na conferência de imprensa, já ter activado o processo legal da renúncia ao mandato do deputado e ao cargo do presidente da Assembleia Legislativa, para realçar o seu estilo decisivo de comportamento.

Ho Iat Seng e sua equipa eleitoral entregaram, em 22 de Julho, os respectivos Boletins de Propositura de Candidato à Eleição para o Cargo de Chefe do Executivo, à Comissão de Assuntos Eleitorais do Chefe do Executivo, que confirmou, três dias depois, que Ho Iat Seng é o candidato proposto admitido, com 379 proposituras assinadas pelos membros da Comissão Eleitoral do Chefe do Executivo, sendo a única pessoa que entregou os Boletins de Propositura necessários.

Sinergias e Avanço, Mudanças e Inovação

O período de campanha eleitoral decorreu de 10 a 23 de Agosto. A Comissão de Assuntos Eleitorais do Chefe do Executivo organizou, no primeiro dia do período de campanha eleitoral, uma sessão de apresentação e de esclarecimento sobre o programa político do candidato admitido ao cargo de Chefe do Executivo, na qual, o Sr. Ho Iat Seng apresentou o seu programa político intitulado «Sinergias e Avanço, Mudanças e Inovação», que visa, como conteúdo principal “consolidar o sucesso alcançado e estabilizar a conjuntura harmoniosa”, formulando ainda cinco prioridades da acção governativa, nomeadamente elevar o nível da governação pública, concretizar a diversificação do desenvolvimento económico, concentrar-se no aumento do bem-estar da população, reforçar a formação de talentos e criar uma base de cooperação cultural.

A eleição do Chefe do Executivo do V Governo da Região Administrativa Especial de Macau realizou-se, em 25 de Agosto, na Nave Desportiva dos Jogos da Ásia Oriental de Macau. Todos os 400 membros da Comissão Eleitoral compareceram e votaram, dos quais 392 votos foram válidos, sete em branco e um nulo. O candidato, Ho Iat Seng, obteve 392 votos, ou seja 98 por cento do total dos votos dos membros da Comissão Eleitoral, ficando assim indigitado como o Chefe do Executivo do V Governo da RAEM.

Ao discursar após o acto eleitoral, Ho Iat Seng agradeceu a todos os membros da Comissão

Eleitoral pela confiança depositada e pelo apoio prestado, agradeceu também à população de Macau e à todos os sectores que estiveram atentos à eleição e partilharam opiniões e sugestões. Ho Iat Seng prometeu promover, com todo o esforço, a implementação dos princípios de «um país, dois sistemas», «Macau governado pela sua gente» e com alto grau de autonomia, cumprir firme e rigorosamente a Constituição e a Lei Básica no exercício das funções e na governação, unir todas as classes sociais e todos os sectores, concretizar o discurso de apresentação de candidatura e o programa político com a força de sinergias e avanço, e com o espírito de mudança e de inovação.

Nomeado Ho Iat Seng pelo Governo Central como Chefe do Executivo e a transição suave e ordenada do Governo

No dia seguinte ao de acto eleitoral, o Chefe do Executivo do IV Governo, Chui Sai On, teve um encontro com o Chefe do Executivo eleito do V Governo da Região Administrativa Especial de Macau, Ho Iat Seng, no qual, Chui Sai On aproveitou para felicitar Ho Iat Seng pela eleição para o cargo de Chefe do Executivo da RAEM. Chui Sai On revelou que iria emitir um despacho, no sentido do Governo actual prestar todo o apoio e colaboração, tanto a nível de recursos humanos, infra-estruturas e equipamentos, a Ho Iat Seng na preparação do novo governo. E ao mesmo tempo, o Governo continuará com as acções governativas delineadas e envidará para que sejam consolidados os resultados alcançados pela RAEM, mantendo o ritmo de desenvolvimento sustentável, estável e pacífico de toda a sociedade, criando um ambiente tranquilo e estável para as comemorações do 20.º aniversário do retorno de Macau e tomada de posse do novo governo.

Nos termos legais, o Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau publicou, em 2 de Setembro, a proclamação do Tribunal de Última Instância relativa ao resultado da Eleição para o cargo do Chefe do Executivo, onde reconhece o resultado de apuramento geral da eleição e proclama o candidato eleito ser Ho Iat Seng. Dois dias depois, o Conselho de Estado aprovou a nomeação de Ho Iat Seng como Chefe do Executivo do V Governo da Região Administrativa Especial de Macau, com uma duração de mandato de cinco anos, marcando a tomada de posse para o dia 20 de Dezembro de 2019.

O Chefe do Executivo eleito, Ho Iat Seng, acompanhado pela esposa, Sra. Cheang Sok Cheng, deslocou-se, em 10 de Setembro, a Pequim, para receber do Conselho de Estado o decreto de nomeação como Chefe do Executivo do V Governo da Região Administrativa Especial de Macau e foi, em 11 de Setembro, recebido em audiência pelo Presidente do País, Xi Jinping, no Grande Palácio do Povo em Pequim. O Presidente, Xi Jinping, disse que, nos últimos vinte anos, sob a liderança dos dois Chefes do Executivo, Ho Hau Wah, e Chui Sai On, o Governo da RAEM tem unido individualidade de diversos sectores sociais, mostrado ao mundo o sucesso da prática de «um país, dois sistemas» com características próprias de Macau. O Presidente, Xi Jinping, encorajou ainda Ho Iat Seng a ser ambicioso, a ter uma visão de futuro e perspectivas abrangentes e a ter uma consciência precisa da realidade de Macau e das necessidades da estratégia nacional de desenvolvimento, para escrever continuamente um novo capítulo do sucesso da prática de «um país, dois sistemas».

No mesmo dia, o Primeiro-ministro do Conselho de Estado, Li Keqiang, entregou, na Torre da Luz Púrpura em Zhongnanhai, a Ho Iat Seng o decreto de nomeação do Conselho de Estado, que o confirma oficialmente como Chefe do Executivo do V Governo da Região Administrativa Especial de Macau. Na ocasião, Li Keqiang salientou que a nomeação marca e representa a confiança e atenção do Governo Central depositada em Ho Iat Seng, bem como a expectativa e esperança da população em geral de Macau.

Ho Iat Seng agradeceu ao Governo Central pela nomeação, dizendo sentir a grande honra e também a enorme responsabilidade. Ho Iat Seng manifestou-se determinado, sob a direcção do Presidente do País, Xi Jinping, e do Governo Central, a aplicar de forma contínua e estável o princípio «um país, dois sistemas» em Macau.



Eleição do V Mandato do Chefe do Executivo da REAM



Conferência de imprensa do Chefe do Executivo eleito



CE do V Governo da RAEM apresenta os próximos titulares dos principais cargos e do procurador do MP

Consolidação da Base do Desenvolvimento Económico e Fomento do Crescimento de Indústrias Diversificadas



Em 2019, Macau encarou o aumento de factores internos e externos de incerteza e sentiu a pressão descendente da economia, sendo que o PIB local foi de 434,7 mil milhões de patacas, o que representou uma contracção anual de 4,7 por cento em termos reais, enquanto o PIB local por capita foi de 645.438 patacas.

Tendo como objectivo principal o desenvolvimento económico e a melhoria das condições de vida da população e de acordo com a orientação de elevar a qualidade do próprio desenvolvimento e de reforçar a cooperação regional, o Governo tem-se empenhado na manutenção do desenvolvimento económico sustentável, e da harmonia e da estabilidade social de Macau. A situação do emprego manteve-se estável no ano inteiro com uma taxa de desemprego situada num nível baixo de 1,7 por cento. O rendimento médio mensal da população empregada em geral cifrou-se em 17 mil patacas, assinalando um aumento anual de mil patacas, enquanto o rendimento médio mensal da população local foi de 20 mil patacas.

Manutenção do desenvolvimento saudável do sector predominante

Persistindo no reforço da regulamentação e gestão do sector do jogo, o Governo tem vindo a promover o desenvolvimento saudável e ordenado da indústria do jogo. Foram prorrogados, por mais dois anos, os prazos de dois contratos de concessão e subconcessão da exploração do jogo, com vista a uniformizar a data do termo do prazo das concessões até ao ano de 2022, criando deste modo condições para o sucesso dos trabalhos da próxima fase.

O sistema jurídico foi aperfeiçoado, tendo o número de mesas de jogo sido rigorosamente controlado, e reforçada a fiscalização das operadoras e dos promotores do jogo. Foram impostas, em Agosto de 2019, novas exigências de controlo para a regulação dos dados identificativos dos promotores de jogo, que devem constar dos recibos das transacções e operações realizadas nos casinos. Têm sido bem desenvolvidos os trabalhos de promoção do jogo responsável. As operadoras do jogo têm vindo a ser incentivadas a cumprir as responsabilidades sociais, a aumentar a aquisição dos produtos e serviços às pequenas e médias empresas locais e a explorar mais componentes para além do jogo, no sentido de promover o desenvolvimento conjunto de componentes do jogo e de não relacionados com o jogo.

Promoveu-se um modelo de desenvolvimento turístico que tem o turismo de lazer como eixo principal de desenvolvimento, com pleno aproveitamento dos resorts integrados, entretenimento e festivais de nível internacional, e aprofundou-se o desenvolvimento de Macau enquanto Cidade Criativa de Gastronomia. Empenhámo-nos na divulgação da riqueza histórico-cultural de Macau, dando a conhecer o conteúdo cultural e turístico específico de Macau e orientando os turistas para uma visita turística aprofundada. O Governo empenhou-se, também, na exploração de novas rotas marítimas com o pleno aproveitamento das instalações do terminal marítimo, lançando rotas como o Passeio Marítimo em Macau.

Fomento de indústrias emergentes a crescer para a diversificação

Em 2019, o Governo continuou a empenhar-se no fomento do crescimento dos sectores de convenções e exposições, das indústrias culturais e criativas, da medicina tradicional chinesa e do sector financeiro com características próprias de Macau, através de políticas de apoio e investimento de recursos. Foram Promovidos o desenvolvimento e melhoramento da qualidade da indústria de convenções e exposições, com "Prioridade dada às Conferências", e aperfeiçoadas continuamente as medidas como o serviço de "Agência Única" para Licitação e Apoio em Macau das Actividades MICE e os planos de apoio às convenções e exposições, sendo valorizadas as vantagens da rede de "Embaixadores de Convenções" e captadas mais conferências de qualidade e de grande dimensão a serem realizadas em Macau, tendo sido enriquecidos os elementos das exposições, optimizados os serviços de apoio, encaminhados os visitantes profissionais das convenções e exposições a consumirem nos bairros comunitários de Macau e aumentada a eficiência das actividades. Foi dada continuidade à organização de delegações empresariais para participarem em actividades de convenções e exposições internacionais e regionais, intensificando-se o intercâmbio com o exterior.

Deu-se um forte impulso ao desenvolvimento do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para a Cooperação entre Guangdong e Macau. A plataforma para a integração entre a produção, educação e investigação já está em pleno funcionamento. Foi criada a base de incubação, com funções de investigação das empresas, sede e comércio, contando com um registo total de 159 empresas e com a celebração de contratos para a instalação de 76 empresas, das quais 39 são de Macau, criadas através da incubação pelo Parque. Por outro lado, o Parque foi seleccionado como unidade prioritária da «incubadora estatal». Relativamente ao projecto exemplar no âmbito da indústria da saúde, que é um dos suportes da tecnologia para a produção, educação e investigação e da transformação e aplicação de produtos, a sua construção e os trabalhos preparatórios para a entrada em funcionamento estão a decorrer a bom ritmo, e em finais de 2019 entrou na fase de conclusão e vistoria. Com a entrada em funcionamento da plataforma de serviços públicos e da zona de incubação, as linhas de produção sob certificação de boas práticas de fabrico (GMP) obtiveram a acreditação GMP do Interior da China e da União Europeia. As equipas de investigação e desenvolvimento técnico e de serviços de investigação científica já estão praticamente constituídas desde Maio último, dando apoio às empresas de Macau na investigação e desenvolvimento de novos produtos e na melhoria da qualidade dos produtos já introduzidos no mercado. Com base na cooperação entre Guangdong-Macau, Sichuan-Macau e Fujian-Macau, em matéria da medicina tradicional chinesa, continua-se a estudar a viabilidade da cooperação com outras regiões, nomeadamente as províncias de Jilin e Guizhou, entre outras.

Fomentou-se a comercialização dos produtos e da divulgação da cultura da medicina tradicional chinesa (MTC) no mercado internacional. Portugal e Moçambique são tomados como ponto de partida para a construção da Base de Intercâmbio Internacional para os Jovens Médicos de Medicina Chinesa. Os dois primeiros produtos de MTC registados em Moçambique foram já lançados e estão postos à venda no mercado daquele país. Actualmente, estão

a ser envidados esforços para que uma variedade de produtos obtenha a autorização de comercialização. Em 2019, foram estendidos, pela primeira vez, a Cabo Verde e a outros países africanos de língua portuguesa, o modelo de promoção de introdução de medicamentos através de tratamento médico e as experiências na formação de talentos qualificados adquiridas em Moçambique.

Em 2019, o Governo tem fomentado, de forma contínua, as Indústrias Culturais e Criativas de Macau através de lançamento de vários programas específicos de apoio financeiro, proporcionando às empresas culturais e criativas, mais espaços de trabalho, formação empresarial, apoio na participação de exposições e bolsas de contacto, entre outros serviços de apoio, de modo a promover a incubação e o desenvolvimento deste sector. O Fundo das Indústrias Culturais financiou um total de 82 projectos, cujo investimento total cifrou-se na ordem de 523 milhões de patacas, atribuindo financiamento de cerca de 147 milhões de patacas. Em agosto, foi lançado o Programa específico de apoio financeiro para o Crescimento e Desenvolvimento de Empresas Culturais e Criativas, destinado a ajudar as micro empresas culturais e criativas na aquisição de novos equipamentos operacionais, produção, fabricação, realização de actividades promocionais e no registo de direitos de propriedade intelectual. Foi dado apoio a 49 projectos seleccionados, com um financiamento total de cerca de 9,28 milhões de patacas. Na primeira fase do Programa Específico de Apoio Financeiro para a Criatividade Cultural nos Bairros Comunitários, o Fundo das Indústrias Culturais participou na Feira Cultural de Shenzhen e na Feira de Aquisição Pública de Produtos Culturais e Turísticos da Região da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e realizou uma exposição de resultado no Instituto Politécnico. Na segunda fase do programa, um total de 28 projectos foram apoiados com um financiamento total de 8,4 milhões de patacas.

No que diz respeito ao sistema financeiro com características próprias, o Governo da RAEM concluiu o processo legislativo do Regime jurídico das sociedades de locação financeira e do Regime do benefício fiscal para a locação financeira e deu início ao estudo de revisão do Regulamento Administrativo-Alteração ao Regime da bonificação de juros de créditos para financiamento empresarial, aperfeiçoando diplomas legais e regulamentos administrativos. Foi melhorado o ambiente operacional de negócios para promover a instalação em Macau de grandes empresas de locação financeira e promovida a construção do Centro de Compensação em RMB para os Países de Língua Portuguesa, de modo a prestar serviços financeiros às empresas e a incentivar projectos nas áreas do comércio e investimento dos Países de Língua Portuguesa e dos países e regiões abrangidos pela iniciativa «Uma Faixa, Uma Rota».

Em 2019, realizaram-se, em Macau, a primeira emissão de títulos de dívida do Estado em RMB e a primeira Conferência dos Governadores dos Bancos Centrais e dos Quadros da Área Financeira entre a China e os Países de Língua Portuguesa. A AMCM criou, a nível interno, um grupo de trabalho interdepartamental para acompanhar e coordenar o estudo sobre a criação em Macau do mercado de capitais e os respectivos trabalhos. Foi assinado conjuntamente, por Macau e outras cidades da Grande Baía, o Acordo-Quadro de cooperação sobre resolução de conflitos financeiros entre Guangdong e Macau, tendo sido reforçada a articulação das infra-estruturas financeiras da Grande Baía e promovida a construção da Plataforma de prestação de serviços financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

Auxílio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas e incentivo aos jovens a inovação e empreendedorismo

O Governo tem dado a maior atenção ao desenvolvimento sustentável das pequenas e médias empresas, mantendo-se firme no princípio da conjugação da prestação de apoio e de formação, melhorando continuamente as várias medidas de apoio financeiro e administrativo, com vista a apoiar a inovação e o desenvolvimento destas empresas. Continuou a promover a melhoria do ambiente da comunidade empresarial e a optimização do regime da concessão de licenças, em vigor. Foram promovidas a aplicação das tecnologias de informação para as pequenas e médias empresas, a intensificação da cooperação com o sector empresarial do comércio electrónico do Interior da China e a exploração do mercado desta área nos países da língua portuguesa. Deu-se continuidade à implementação do Plano de apoio à Remodelação das Marcas das Lojas Antigas Típicas de Macau, com o objectivo de elevar a sua competitividade, tendo 12 lojas antigas típicas sido classificadas como Marcas Típicas de Macau. Foram lançados, pela primeira vez, o Seguro de bens patrimoniais contra grandes desastres para as pequenas e médias empresas, o Plano de apoio financeiro a conceder no âmbito do seguro de bens patrimoniais contra grandes desastres para as pequenas e médias empresas e o Regime do Seguro de Créditos para a Importação, Exportação e Trânsito de Mercadorias, fornecendo às pequenas e médias empresas mais coberturas de seguro. Foi promovida a nova fase de captação de investimento para o Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau em Hengqin, com vista a proporcionar o maior espaço do desenvolvimento para as empresas de Macau.

Tem sido dada continuidade à implementação do Plano de Apoio a Jovens Empreendedores e à valorização do papel do Centro de Incubação de Negócios para os Jovens de Macau, tendo sido organizadas, respectivamente, para os jovens de Macau, visitas de estudo e de intercâmbio a empresas de renome instaladas na Grande Baía, de forma a ajudá-los a agarrar as oportunidades de empreendedorismo e de emprego. Foi aperfeiçoado o Programa de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa, tendo sido ampliando o âmbito dos participantes, permitindo-se a mais jovens participarem nas actividades realizadas ao abrigo do referido programa de intercâmbio e efectuarem visitas de estudo e de intercâmbio a países de língua portuguesa, de maneira a ampliar redes de contactos. Em 2019, foram realizadas várias sessões de diálogo sincero entre os secretários, directores e jovens e visitas a associações de jovens, de modo a reforçar o mecanismo de comunicação e intercâmbio entre os dirigentes e os jovens.

Aprofundamento contínuo da cooperação regional e participação proactiva na construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau

Para uma melhor articulação com as «Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento

da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau», o Governo da RAEM elaborou um anexo ao primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM, que integra a construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau no Plano Quinquenal de Desenvolvimento, com o objectivo de implementar a articulação com o plano geral do Estado e delinear em pormenor os respectivos trabalhos nas acções governativas do corrente ano. Além disso, os governos de Guangdong, de Hong Kong e da RAEM organizaram conjunta e sucessivamente em Macau, em Hong Kong e no Japão, a Sessão de Divulgação sobre as Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e a Sessão de Promoção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau.

Foi implementada, de forma ordenada, uma série de projectos de cooperação Guangdong-Macau. De acordo com a organização das principais acções anuais constantes do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, foi reforçada a cooperação nas áreas da construção de infra-estruturas transfronteiriças e de facilidades alfandegárias, a promoção da cooperação da indústria de serviços modernos, a cooperação para a construção de um círculo de excelente qualidade de vida, e a promoção do intercâmbio no âmbito da educação e juventude. Foi promovida a construção, em Hengqin, da zona de cooperação especial Guangdong-Macau e continuar-se-á a promover a cooperação com Shenzhen, Cantão, Zhongshan e Jiangmen. Foi dado o poio às empresas e aos residentes na participação activa na construção e no desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, e foram lançados os Serviços Convenientes para o Registo Comercial nas nove cidades da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, tendo sido melhoradas, ainda mais, as funções de serviço do Gabinete de Representação do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau em Guangzhou, efectuadas visitas e dado acompanhamento às instituições e empresas instaladas nas cidades da Grande Baía, reforçados os contactos e providenciada a ajuda necessária. Foram desenvolvidas constantemente acções promocionais para a captação de investimentos e envidados esforços para que mais empresas de qualidade venham a instalar-se em Macau.

Foi intensificada a promoção da cooperação com as zonas de Pequim, de Tianjin, da província de Hebei, da região económica do Rio Yangtzé e das regiões do Pan-Delta do Rio das Pérolas, tendo sido criado um mecanismo de cooperação com Xangai através da assinatura em Novembro de 2019 do Acordo sobre a Criação do Mecanismo de Reunião de Cooperação Xangai-Macau. Foi impulsionado, de forma ordenada, o avanço dos trabalhos de planeamento do Parque de cooperação Jiangsu-Macau, sendo promovida a cooperação entre as províncias-irmãs do Pan-Delta do Rio das Pérolas e os países de língua portuguesa e as regiões da União Europeia, designadamente nos domínios da protecção ambiental e das indústrias de infra-estruturas. Iniciou-se a cooperação com a província de Jilin, que visa o desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa.

Articulação de Políticas de Curto, Médio e Longo Prazo na Construção da Cidade Habitável e Segura



Aprofundamento da construção dos mecanismos eficientes de longo prazo relacionados com a vida e bem-estar da população e construção da cidade habitável, saudável e segura

Em 2019, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau continuou a defender os conceitos da acção governativa de desenvolvimento em prol da população e da partilha de resultados, designadamente através do aprofundamento da construção do sistema de segurança social e dos diversos mecanismos eficientes de longo prazo relacionados com a vida da população, e tem vindo a otimizar progressivamente as políticas e medidas vocacionadas para a vida da população, através do aumento e do alargamento do âmbito dos apoios, da adopção de políticas de curto, médio e longo prazo, em prol da população, e promovendo a justiça social.

Regime de Previdência Central Não Obrigatório proporciona uma protecção social mais estável

A implementação em 2018 do Regime de Previdência Central Não Obrigatório marcou a criação formal do Sistema de Segurança Social de dois níveis. Em 2019, o Governo tem continuado a promovê-lo junto do público e empregadores e trabalhadores de diferentes sectores e a divulgá-lo por diversos meios, encorajando o maior número de empregadores e empregados a criar em conjunto uma melhor protecção de vida pós-aposentação através de adesão ao Regime e participação em planos individuais. Até Setembro de 2019, totalizaram-se 195 empregadores aderentes ao regime e mais de 50.000 residentes participantes nos planos

individuais. Em 2019, o Governo injectou na conta individual de cada residente habilitado de Macau uma verba adicional de 7000 patacas, proveniente do saldo orçamental, prevendo ser envolvidos um total de 377 mil beneficiários.

Em relação aos beneficiários do regime da segurança social, o Governo aumentou os valores da pensão para idosos e da pensão de invalidez do regime da segurança social para 3630 patacas por mês em Janeiro de 2019, traduzindo um aumento de cerca de 5,2 por cento, sendo que as outras prestações foram, também, ajustadas com uma percentagem aproximada. Para além disso, em Agosto do mesmo ano, lançou-se a inscrição para o levantamento automático de verbas, uma nova medida que isenta os idosos da realização anual das formalidades de levantamento.

Em 2016, foram injectados 37 mil milhões de patacas no Fundo de Segurança Social. Com base nisso, o Governo elaborou em 2019 a lei intitulada - Consolidação dos recursos financeiros do Fundo de Segurança Social, segundo a qual, três por cento do saldo da execução do orçamento central da RAEM de cada ano económico findo, após atingir o valor da reserva básica, passou a constituir uma receita anual do orçamento privativo do Fundo de Segurança Social, o que constitui um importante suporte financeiro do funcionamento sustentável do regime da segurança social. Por outro lado, deu-se início a um estudo sobre a viabilidade da criação de um mecanismo de ajustamento por indexação, para que a pensão para idosos e outras prestações do regime da segurança social possam ser ajustadas de forma mais científica.

Apoio contínuo à camada social vulnerável para concretizar o conceito de juntos construir e partilhar os frutos do desenvolvimento

Relativamente à camada social relativamente vulnerável, o Governo executou os planos de médio e longo prazo no âmbito do apoio social e da prestação de serviços sociais, designadamente a nível da protecção dos idosos, dos serviços de reabilitação e dos serviços destinados às mulheres e crianças. Deu-se o prosseguimento ao conceito de «juntos construir e partilhar os frutos do desenvolvimento», optimizámos diversas medidas gerais relacionadas com a população, designadamente o plano de comparticipação pecuniária, a injeção de capitais nas contas individuais de previdência, o subsídio de nascimento, o programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo, e a subvenção do pagamento das tarifas de água e energia eléctrica.

No que diz respeito ao aperfeiçoamento do sistema de serviços sociais, foi criado pelo Governo o Regime da qualificação profissional dos assistentes sociais no sentido de elevar a qualificação profissional dos assistentes sociais e garantir os direitos do utente dos serviços sociais.

Durante o ano de 2019, o Governo tem melhorado diferentes tipos de apoio social e medidas de bem-estar, empenhando-se em garantir o nível de vida das famílias vulneráveis. Relativamente aos serviços familiares e comunitários, procedeu-se à revisão da implementação da Lei de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e elaborou-se o respectivo relatório. Tem-se desenvolvido o planeamento dos Objectivos do Desenvolvimento das Mulheres de Macau (2019-2025) e promovido os trabalhos do grupo especializado de acompanhamento.

No que toca aos serviços de apoio a crianças e jovens, foram concluídos os trabalhos da primeira fase (2018-2019) do Plano de desenvolvimento dos serviços de creches para os anos de 2018 a 2022, em especial o ajustamento gradual da proporção das turmas de dia inteiro e de meio-dia, para satisfazer a necessidade de admissão das crianças com dois anos de idade. Promoveu-se a realização anual de auto-avaliação nas creches subsidiadas e deu-se início a uma avaliação exterior. Igualmente, unificou-se o agendamento da inscrição e admissão das creches subsidiadas e introduziu-se o sistema de matrícula, para encurtar o tempo que os encarregados de educação têm de aguardar pela publicação dos resultados.

No âmbito dos serviços de apoio a idosos, foram, até finais de 2019, concluídas, cumulativamente, um total de 91 medidas do médio prazo (2018-2020) do Plano de Acção para o Desenvolvimento dos Serviços de Apoio a Idosos nos Próximos Dez Anos. Introduziram-se os serviços de apoio e cuidados domiciliários, por forma a prestar apoio aos idosos isolados, debilitados e portadores de demência, bem como aos seus cuidadores. Em simultâneo, lançou-se o Plano para Prestar Serviços de Deslocação, ajudando os idosos que moram nas habitações antigas a participarem em actividades comunitárias. Criou-se, em quarto trimestre de 2019, um lar de cuidados na Taipa e o número de vagas dos lares de idosos em Macau aumentou para cerca de 2400. Para além disso, prestou-se apoio a 17 lares de idosos e centros de cuidados especiais diurnos subsidiados para adquirir, alugar e experimentar equipamentos tecnológicos criativos.



No que diz respeito aos serviços de reabilitação, desenvolveu-se, até finais de 2019, um total de 120 medidas do médio prazo (2018-2020) do Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio. Tem-se acompanhado de forma activa o resultado do estudo sobre a procura e o planeamento dos serviços de tratamento precoce prestando apoio mais adequado às

respectivas crianças e famílias. Foram lançados o Plano Piloto de Apoio Financeiro na Aquisição de Equipamentos Auxiliares para Deficientes e o Programa de Serviço de Recursos de Equipamentos Auxiliares e de Melhoramento das Instalações Sem Barreiras no Domicílio.

Desenvolvimento urbano equilibrado de terrenos, habitações e infra-estruturas e promoção pragmática da construção de uma cidade com condições ideais de habitabilidade

Ter habitação própria é aspiração de cada pessoa, sendo também uma das prioritárias da acção governativa relativa à promoção da construção da cidade com condições ideais de habitabilidade. Nos últimos anos, o Governo tem seguido, com uma atitude pragmática, a política de habitação pública «tendo a habitação social um papel principal e a habitação económica um papel secundário», procurando responder às necessidades habitacionais razoáveis da população. O Governo concluiu, em 2019, a revisão do Regime jurídico da habitação social e definiu o respectivo mecanismo permanente de candidatura e lançou, no final do mesmo ano, um novo concurso de candidatura para a habitação económica. Ao mesmo tempo, o Governo tem concedido, por cinco anos consecutivos, a isenção do pagamento da renda anual aos agregados arrendatários de habitações sociais que preenchem os requisitos e, atribuído o abono provisório de residência a agregados da lista de candidatos a habitação social.

Continuou-se a desenvolver o trabalho de atribuição de habitação pública em 2019. Até finais de 2019, o número total de arrendatários da habitação social atingiu a 12.268 agregados familiares, enquanto 185 agregados familiares arrendatários devolveram, no mesmo ano, as fracções da habitação social por ter rendimento superior ao limite máximo legalmente previsto. Quanto à habitação económica, continuou a ser efectuado o acompanhamento dos trabalhos de selecção e atribuição de fracções, tendo sido concluída, em 2019, a atribuição de fracções de tipologia T1 do Edifício Ip Heng. Foi reduzido o tempo para o procedimento de apreciação dos compradores-promitentes de habitação económica antes da celebração das escrituras públicas de compra e venda, tendo sido solicitado o apoio de notários privados para os trabalhos de celebração das escrituras. Até 2019, da lista de espera das 19 mil fracções de habitação económica, apenas faltam celebrar as escrituras do Edifício do Bairro da Ilha Verde e do Edifício Fai Ieng.

Para fazer face à procura de habitação de médio e longo prazo, o Governo empenhou-se em utilizar plenamente os Novos Aterros e os terrenos actualmente existentes para a construção de mais fracções habitacionais, nomeadamente fracções de habitação pública, e para a construção de instalações públicas. As obras de aterro das Zonas A e E1 dos Novos Aterros encontram-se concluídas, e os projectos de 4 lotes destinados à habitação económica e de um lote à habitação social da primeira fase da Zona A estão em fase de concepção; as obras da Habitação Social de Mong-Há foram retomadas; o estudo das obras de construção de habitação pública na Avenida Wai Long na Taipa já está concluído e em breve terão início as respectivas obras de nivelamento.

O Governo tem-se empenhado em assegurar a oferta razoável de fracções de habitação pública e promover, através de diferentes formas, o desenvolvimento sustentável do mercado

imobiliário, tendo ajustado, em 2019, a taxa da contribuição predial urbana dos prédios arrendados, de modo a aumentar a oferta no mercado de arrendamento de imóveis.

Tendo em conta que o desenvolvimento sustentável do mercado imobiliário não pode separar-se dos recursos de terreno, o Governo tem-se esforçado pelo equilíbrio entre a oferta e o aproveitamento razoável de terrenos. Em 2019, o Governo continuou a recuperar, nos termos da lei, terrenos desaproveitados para aumentar a reserva de terrenos. Até Setembro de 2019, foram declaradas as caducidades das concessões de 77 parcelas de terreno, com uma área total superior a 670 mil m² e 23 parcelas de terrenos, com uma área superior a 230 mil m², já foram definitivamente recuperadas.

Quanto ao planeamento urbano, o Governo planeou o futuro desenvolvimento urbano a partir de uma macro visão com princípios de construção, conceitos, sistema de valores, e com configuração funcional e orientação geral das construções. A elaboração da proposta preliminar da lei do planeamento urbanístico foi impulsionada, tendo por objectivo realizar o desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável.

Em 2019, foi constituída pelo Governo a empresa Macau Renovação Urbana, S.A., com vista a promover os trabalhos relativos à renovação urbana e a iniciar, nos termos da lei, o registo dos candidatos qualificados para a compra de habitação para troca. Está a decorrer a consulta pública sobre o Regime jurídico da renovação urbana de Macau, de modo a auscultar a opinião pública sobre as questões importantes nesta matéria, tais como a percentagem dos direitos de propriedade para efeitos de reconstrução predial.

A habitação e a habitabilidade exigem a existência de uma série de instalações de software e hardware. O Governo da RAEM tem empenhado em fazer esforços incessantes para melhorar a construção de instalações de software e hardware nas áreas de saúde, segurança e ambiente, promovendo serviços inteligentes, de modo a proporcionar aos cidadãos um ambiente de vida e desenvolvimento seguro, saudável e conveniente.

Política de tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção e o reforço da construção da cidade saudável

Em 2019, o Governo continuou a seguir a política de «tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção», imprimindo novo dinamismo ao desenvolvimento de longo prazo do sistema de serviço de saúde, a fim de reforçar a construção de uma cidade saudável e elevar o nível de saúde dos residentes. Na premissa da optimização do sistema de serviço de consultas externas de cuidados de saúde primários, reforçou-se o investimento de recursos, a cooperação e a complementaridade com instituições sem fins lucrativos e clínicas privadas, de modo a fornecer um serviço de saúde mais adequado aos residentes.

No que diz respeito à prevenção de doenças transmissíveis, o Governo criou, com esforço contínuo, um mecanismo desenvolvido e sólido de contingência para emergências de saúde pública, de prevenção e controlo de doenças transmissíveis. A Equipa Internacional de Emergência

Médica da China (Macau) foi avaliada positivamente e acreditada pela Organização Mundial da Saúde (doravante OMS), contribuindo de forma positiva para o aumento da capacidade de resposta de Macau a emergências de saúde. Houve, ainda, uma continuidade na implementação rigorosa de várias medidas para prevenir a infecção de doenças transmissíveis, através da vacinação de grupos específicos contra a gripe sazonal e a extensão da administração gratuita da vacina a todos os residentes. Tem sido dada prioridade à administração da vacina contra o sarampo àqueles que cuidam de bebés com idade inferior a um ano, empregadas domésticas, grávidas e pessoal médico e foi fornecida uma dose suplementar da vacina anti-rubéola a residentes elegíveis, o que tem permitido evitar rapidamente a disseminação de doenças transmissíveis na comunidade.

Em resposta à procura de serviços de saúde e cuidados médicos de médio e longo prazo, criou-se a Academia Médica de Macau, e foram atribuídos certificados aos seus membros e envidados esforços para a revisão do Regime Legal da Qualificação e Inscrição para o Exercício da Actividade dos Profissionais de Saúde, por forma a promover a adaptação do sistema de saúde de Macau às normas internacionais. Uma instituição académica foi encarregue de levar a cabo um inquérito à população sobre a implementação do sistema de seguro de saúde universal, a fim de promover o desenvolvimento a longo prazo e sustentável do sistema médico.

No âmbito de infra-estrutura, deu-se início, em Outubro de 2019, às obras de construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas (o complexo hospitalar o edifício de instalações complementares e o edifício administrativo), estando prevista a conclusão no terceiro trimestre de 2022. Além disso, as obras do Instituto de Enfermagem foram concluídas em 17 de Outubro de 2019. O Hospital de Reabilitação de Ká-Hó já se encontra em funcionamento e os centros de saúde da Rua da Praia do Manduco e de Seac Pai Van estão a ser construídos de forma ordenada.

A necessidade de cuidados de saúde da população da terceira idade tem sido valorizada através do alargamento da cobertura do Programa de Proximidade de Serviços Médicos de Especialidade e da entrada em funcionamento do Hospital de Reabilitação de Ká-Hó. Têm-se, também, providenciado e priorizado operações cirúrgicas a idosos com cataratas em estado mais avançado e subsidiado idosos com idade avançada e economicamente carenciados na colocação de próteses dentárias removíveis.

Tem-se dado continuidade à implementação de medidas de manutenção da saúde para mulheres e crianças, desenvolvido plenamente as funções do Centro de Avaliação Conjunta Pediátrica e reduzido o tempo de espera para avaliação e reabilitação.

No que diz respeito ao trabalho de prevenção de doenças de médio e longo prazo, os Serviços de Saúde alargaram a faixa etária dos destinatários do rastreio do cancro colorrectal e têm sido realizados exames médicos a indivíduos com alto risco de cancro do pulmão de forma a aumentar a taxa de cura dos doentes. Têm-se implementado medidas de protecção estipuladas no Regime de Prevenção e Controlo do Tabagismo, sendo proibido fumar em recintos fechados dos casinos. Foi lançado o inquérito sobre o uso do tabaco, estabelecida a monitorização de dados sobre o consumo de álcool e desenvolvida uma consulta pública sobre a legislação para o controlo do consumo de álcool por adolescentes, por forma a aprofundar a construção de uma cidade saudável.

Tendo em conta a iniciativa nacional «Uma Faixa, Uma Rota», e o planeamento do desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, o Governo tem dado uma resposta activa à nova procura de serviços médicos transfronteiriços. Construiu-se um posto de saúde na ilha de Hengqin para prestar serviços aos residentes de Macau que aí residem. A par disso, o Governo incentiva ainda os residentes de Macau, com residência em Hengqin e portadores da autorização de residência no Interior da China, a participarem no programa de seguro básico de saúde da Cidade de Zhuhai. O seguro das crianças, dos estudantes do ensino primário e secundário e dos idosos, que satisfaçam os critérios exigidos, é totalmente subsidiado. Por outro lado, Foram intensificados a interacção e o intercâmbio com Zhuhai, Zhongshan, Jiangmen e outras regiões para elevar o nível de bem-estar médico dos residentes na Grande Baía.

Construção da cidade segura e aumento da capacidade de resposta à contingência

O Governo tem implementado o conceito de «ter por base a população», que assenta nos interesses directos dos residentes em geral, e tem sido promovida a criação de uma cidade segura e salvaguardada a segurança nacional e a estabilidade regional. Logo após a criação, em 2018, da Comissão de Defesa da Segurança do Estado, o Chefe do Executivo deu instruções às autoridades de segurança a coordenar e acompanhar os trabalhos legislativos complementares, que registaram progressos significativos. A Lei da cibersegurança foi publicada em Junho de 2019 e entrou em vigor em 22 de Dezembro de 2019, facilitando a elevação da capacidade de Macau de prevenir e enfrentar os problemas da cibersegurança, de modo a defender de melhor maneira a segurança de Macau e do Estado.

No intuito de melhor prevenir e combater a criminalidade e promover a segurança comunitária, o Governo instalou, em diversos bairros de Macau, o Sistema de Videovigilância em Espaços Públicos de Macau (vulgarmente conhecido por “Olhos no Céu”). Depois da entrada em funcionamento das primeiras fases do sistema em 2016 e 2018 respectivamente, as obras para a instalação das 800 câmaras nos lugares isolados e com risco de segurança referentes à 4.ª fase tiveram início em Fevereiro de 2018, prevendo ser concluídas as obras no primeiro trimestre de 2020.

Após a ocorrência do desastre do tufão “Hato” em 2017, o Governo elaborou, tendo como referência as recomendações do grupo de peritos da Comissão Nacional para a Redução de Desastres, a proposta da Lei de Bases de Protecção Civil que foi, após consultas e debate, aprovada na generalidade pela Assembleia Legislativa em 10 de Junho de 2019, e entrou na fase de discussão em especialidade. A dita proposta de lei sugeriu a introdução de várias inovações no sistema de protecção civil de Macau, de forma a garantir a segurança de vida dos residentes e visitantes. O Governo elevou o nível de prevenção e redução de desastres através de aperfeiçoamento de o mecanismo e instalações de emergência e protecção. Os trabalhos de revisão dos planos de emergência dos serviços encontram-se já concluídos e as funções dos subsistemas da Plataforma de comando para resposta de emergências estão a ser continuamente optimizadas. Actualmente, existem em Macau 17 centros de abrigo, quatro

locais de concentração e locais para evacuação de emergência, aperfeiçoando-se assim e cada vez mais o mecanismo de emergência e protecção.

Com vista à melhoria da situação de inundações das zonas baixas do Porto Interior, já se teve início a «Obra de colocação de box-culvert da estação elevatória de águas pluviais do Porto Interior», e já está concluída a instalação de válvulas na parede da barragem. As obras da barragem do Porto Interior estão a ser iniciadas de forma ordenada e a primeira fase da avaliação ambiental do estudo da viabilidade do planeamento geral já foi divulgada.

Para garantir a segurança no fornecimento de electricidade e água, o Governo empenhou-se na construção da terceira interligação de transmissão eléctrica Guangdong-Macau e já estão instalados mais de 60 por cento dos cabos eléctricos. Optimizaram-se as subestações de abastecimento de energia e as instalações de fornecimento de energia das zonas baixas. A quarta conduta de abastecimento de água de Zhuhai a Macau entrou em funcionamento, acelerou-se a construção da estação de tratamento de águas de Seac Pai Van e também já se iniciaram as obras de ampliação da barragem de Ká-Hó.

O «Plano decenal de prevenção e redução de desastres em Macau (2019-2028)», já publicado, está a ser implementado, tendo sido definidos 37 indicadores prospectivos e compulsórios, de modo a elevar o sistema de gestão e a capacidade geral de resposta a situações de emergência e a garantir com eficácia a protecção dos bens e da vida dos residentes.

Promoção do modo de vida inteligente através de recurso à tecnologia informática

Para elevar ainda mais a qualidade e eficiência da vida da população, o Governo tem empenhado na construção da cidade inteligente com recurso a Mega dados, facilitando e beneficiando a população. Em 2019, o Centro de Computação em Nuvem do Governo entrou oficialmente em funcionamento, proporcionando uma base sólida para o desenvolvimento de uma cidade inteligente mais segura e estável. Promoveu-se o trabalho legislativo do Regime de Convergência de Redes e Serviços de Telecomunicações e deu-se início aos preparativos do estabelecimento da rede 5G, de forma a articular-se com o desenvolvimento de tecnologia de telecomunicações e informáticas. No âmbito da implementação do Governo Inteligente, foi lançada a «Conta única de acesso comum aos serviços públicos da RAEM» e a respectiva aplicação para telemóvel, dando-se, assim, continuidade à optimização e digitalização dos procedimentos de prestação de serviços públicos.

Na vida quotidiana, o Governo tem dado um grande impulso ao pagamento móvel. Nos primeiros três trimestres de 2019, registou-se um aumento significativo das transacções, cerca de 6,4 vezes superior ao registado em 2018. Concomitantemente foi optimizado o desenvolvimento do turismo inteligente, recorrendo a várias tecnologias destinadas a aumentar a precisão das estatísticas e das previsões imediatas sobre o fluxo de pessoas, com vista a elevar a eficácia da gestão turística. Impulsionou-se o trânsito inteligente, com recurso a tecnologias avançadas de software e hardware que permitem elevar a sua eficiência. Relativamente aos serviços de saúde inteligente, encontra-se em desenvolvimento o sistema para a segunda fase do Programa

eHR. Reforçaram-se as acções de coordenação e colaboração para o desenvolvimento de uma cidade inteligente com técnicas integradas de computação em nuvem, Mega dados, inteligência artificial e Internet das coisas.

Reordenamento integrado de trânsito para uma cidade com condições ideais de circulação



Tendo em conta a importância da necessidade de atenuação dos problemas causados pelo trânsito, o Governo adoptou métodos diversificados para criar um ambiente de mobilidade conveniente, ecológico e de alta eficiência para os cidadãos. Reforçou-se a regulamentação e a gestão das companhias de autocarros, tendo as carreiras dos autocarros e a distribuição das paragens dos autocarros sido melhoradas, e optimizou-se o sistema de informação e localização dos autocarros. O Regime jurídico do transporte de passageiros em automóveis ligeiros de aluguer foi revisto e entrou em vigor em Junho do corrente ano, registando já resultados notáveis, com uma diminuição significativa do número de infracções por parte dos taxistas. A par disso, aumentou-se o número de táxis, que chegou, até finais de 2019, aos 1800 táxis, o que representa um aumento de 84 por cento em comparação com os 980 táxis existentes em 2010.

Em articulação com a inauguração do sistema de transporte do metro ligeiro, foi elaborada a Lei do Sistema de Transporte de Metro Ligeiro e constituída a Sociedade do Metro Ligeiro de Macau, S.A., criando-se assim as condições para o funcionamento e desenvolvimento do sistema de transporte do metro ligeiro. Além disso, foram aceleradas as obras de construção da Estação da Barra e do respectivo Centro Modal de Transportes, como trabalhos preparativos

para a extensão à península de Macau dos serviços de transporte do metro ligeiro.

O ambiente pedonal tem vindo a ser continuamente otimizado e o troço da passagem aérea junto do Estádio da Taipa entrará em funcionamento simultâneo com o Metro Ligeiro. Impulsionaram-se também os trabalhos de concepção e construção de vários sistemas pedonais.

Foi implementado o Plano Geral de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau, que visa o aceleração da ampliação do aeroporto. Criou-se uma nova ligação de transporte transfronteiriço de passageiros entre a Taipa e Humen.

Aperfeiçoamento das medidas de protecção ambiental e promoção do desenvolvimento ecológico

Aprofundou-se o ensino sobre a ecologia, promoveu-se o modelo de vida ecológica e reforçou-se a sensibilização ambiental junto dos residentes, com vista a concretizar o desenvolvimento harmonioso entre o Homem e a Natureza.

No âmbito da implementação do Planeamento da Protecção Ambiental de Macau 2010-2020, foram definidas estratégias de controlo das fontes de poluição sonora e promovido o uso de gás natural e de veículos eléctricos amigos do ambiente, no sentido de controlar, com eficácia, a intensidade das emissões de dióxido de carbono e, ainda, de garantir que os indicadores de PM_{2,5} de Macau estejam em conformidade com os parâmetros definidos pela Organização Mundial de Saúde.

Aumentou-se a plantação de árvores para fins de arborização urbana, criaram-se mais espaços verdes e de lazer, reforçou-se a protecção das zonas húmidas do mangal e alargaram-se os espaços arborizados com árvores do mangal ao longo do litoral.

Reforçou-se a promoção da redução de resíduos a partir da fonte. Tendo em conta o impacto negativo do uso de sacos de plástico no ambiente, a lei sobre Restrições ao fornecimento de sacos de plástico entrou em vigor em 2019. Iniciaram-se os preparativos da construção das instalações de tratamento centralizado de resíduos alimentares; impulsionaram-se os trabalhos relativos à ampliação da Central de Incineração de Resíduos Sólidos e iniciaram-se as obras de optimização da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Península de Macau. A título experimental, teve início o envio de veículos abatidos de Macau para o Interior da China, para tratamento.



Chefe do Executivo na AL para fazer balanço do actual ano governativo

Depois de Ser Eleito Presidente da AL, Kou Hoi In Assumiu as Novas Funções



Na 2.^a Sessão Legislativa da VI Legislatura da Assembleia Legislativa (de 16 de Outubro de 2018 a 15 de Outubro de 2019) - foram realizados 52 plenários e 220 reuniões das comissões. Durante esta sessão legislativa foram aprovadas em plenário 25 leis, uma resolução e 19 deliberações simples.

Durante a sessão, o então presidente da Assembleia Legislativa, Ho Iat Seng, declarou, no Plenário de 5 de Julho de 2019, a renúncia ao seu mandato de deputado, por motivo da sua candidatura ao quinto mandato de Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau, e, ao mesmo tempo, ao cargo de Presidente da Assembleia Legislativa. Seguidamente, em 17 de Julho de 2019, realizou-se uma reunião específica, durante a qual foi eleito, de entre os deputados, o deputado, Kou Hoi In, como presidente da Assembleia Legislativa. Posteriormente, nos Plenários de 30 de Julho e 7 de Agosto de 2019, a deputada, Chan Hong e o deputado, Ho Ion Sang, foram eleitos 1.^a secretária e 2.^o secretário da Mesa da Assembleia Legislativa. No que respeita à vaga de deputado por preencher, foi realizada uma eleição suplementar em 24 de Novembro de 2019. O deputado eleito na eleição suplementar, Wang Sai Man, tomou posse mediante a prestação de juramento em 16 de Dezembro.

No exercício da função Legislativa:

No âmbito da administração pública e justiça, foi aprovada a Lei n.º 14/2018 - Corpo de Polícia de Segurança Pública, que visa aperfeiçoar as normas relativas à natureza, às atribuições e às competências do Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP), respondendo, assim, às necessidades da segurança interna de Macau. A Assembleia Legislativa aprovou a Lei n.º 16/2018

- Actualização dos índices mínimos das pensões de aposentação e de sobrevivência, de modo a demonstrar o carinho para com os trabalhadores com baixos rendimentos e seus dependentes sobreviventes. Foi aprovada a Lei n.º 18/2018 - Alteração ao Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau para clarificar e aperfeiçoar as normas e o regime relativos a estes trabalhadores, respondendo melhor às necessidades dos serviços públicos em termos de funcionamento administrativo e de desenvolvimento da sua gestão. Por outro lado, a Assembleia Legislativa aprovou, a Lei n.º 4/2019 - Alteração à Lei n.º 9/1999 - Lei de Bases da Organização Judiciária, de modo a aperfeiçoar o regime de dupla jurisdição e ajustar os quadros e o regime dos magistrados.

No âmbito do desenvolvimento económico e dos transportes, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei n.º 12/2019 - Lei do registo comercial de embarcações, que actualiza e aperfeiçoa o regime jurídico do registo de embarcações, de modo a proteger as actividades marítimas e a garantir a segurança das transacções de embarcações; Entretanto, para desenvolver, de forma proactiva, a indústria financeira com características próprias, foram aprovadas sucessivamente a Lei n.º 6/2019 - Regime jurídico das sociedades de locação financeira e a Lei n.º 7/2019 - Regime do benefício fiscal para a locação financeira, as quais definem exigências menos rigorosas de fiscalização e benefícios fiscais e baixam os requisitos de acesso, reforçando assim a competitividade de Macau no mercado da locação financeira; Foi aprovada a Lei n.º 15/2019 - Lei relativa à aplicação do Sistema de Certificação do Processo de Kimberley para o comércio internacional de diamantes em bruto, que possibilita a articulação com as regras do comércio internacional de diamantes em bruto, promovendo o desenvolvimento económico rumo às indústrias de alto nível e valor acrescentado. Por outro lado, foi aprovada a Lei n.º 18/2019 - Lei do sistema de transporte de metro ligeiro, que estabelece regimes especiais para o sistema de metro ligeiro, por forma a corresponder às necessidades de operação e gestão do sistema.

No âmbito da garantia habitacional e da gestão ambiental, foram aprovadas a Lei n.º 2/2019 - Regime de benefícios fiscais para a reconstrução de edifícios e a Lei n.º 8/2019 - Regime jurídico de habitação para alojamento temporário e de habitação para troca no âmbito da renovação urbana, visando, por um lado, diminuir os custos de reconstrução e atenuar os encargos dos proprietários, incentivando os proprietários dos edifícios antigos que preenchem os requisitos estipulados a proceder à reconstrução, e ajudar, por outro, os proprietários de bens imóveis afectados pela renovação urbana a resolver as suas próprias necessidades de habitação, facultando-lhes, como medida de incentivo para a promoção da renovação urbana, mais uma opção, quando arrendarem ou comprarem uma fracção habitacional. Foi aprovada a Lei n.º 17/2019 - Regime jurídico da habitação social, que optimiza o regime de atribuição e arrendamento da habitação social, permitindo uma distribuição mais razoável e eficaz dos recursos sociais; Por outro lado, foram aprovadas a Lei n.º 9/2019 - Alteração à Lei n.º 8/2014 - Prevenção e controlo do ruído ambiental e a Lei n.º 16/2019 - Restrições ao fornecimento de sacos de plástico, visando, a primeira, aligeirar adequadamente as restrições à produção de ruído nos espaços públicos, consoante as necessidades do desenvolvimento da cidade, e tendo por objectivo, a segunda, reduzir, pela via financeira, o uso abusivo de sacos de plástico.

No âmbito da regulamentação sectorial e no âmbito do jogo responsável, foi aprovada

a Lei n.º 3/2019 - Regime jurídico do transporte de passageiros em automóveis ligeiros de aluguer, que regulamenta a actividade de transporte de passageiros em táxis, com vista a salvaguardar os legítimos direitos e interesses dos passageiros e dos trabalhadores do sector; foi aprovada a Lei n.º 5/2019 - Regime da qualificação profissional dos assistentes sociais, que regula o regime de credenciação e de inscrição para o exercício de funções de assistente social, e respectivo regime disciplinar, a fim de reforçar o reconhecimento e a aceitação dos assistentes sociais por parte da população; além disso, foi aprovada a Lei n.º 17/2018 - Alteração à Lei n.º 10/2012 - Condicionamento da entrada, do trabalho e do jogo nos casinos, que proíbe a entrada nas salas de jogo e a prática de jogo pelos trabalhadores dos casinos depois do horário laboral, a fim de reduzir o impacto negativo que o desenvolvimento do sector do jogo tem sobre os trabalhadores.

Nos domínios laboral e da segurança social, tendo em consideração o desenvolvimento económico de Macau, foi aprovada a Lei n.º 11/2019 - Alteração à Lei n.º 7/2015 - Salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na actividade de administração predial, para actualizar o salário mínimo dos referidos trabalhadores; ao mesmo tempo, com vista a assegurar o funcionamento sustentável do regime de segurança social, foi aprovada a Lei n.º 14/2019 - Consolidação dos recursos financeiros do Fundo de Segurança Social, a fim de criar um mecanismo de dotação regular de verbas a favor do Fundo de Segurança Social.

No domínio de segurança cibernética, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei n.º 13/2019 - Lei da cibersegurança, que visa constituir, um mecanismo de protecção para legalizar os trabalhos de cibersegurança, prevenir e reduzir os eventuais impactos na sociedade resultantes de ataques cibernéticos.

No que diz respeito à concretização da Lei Básica, é necessário ajustar a distribuição dos assentos do 4.º sector da Comissão Eleitoral, assim, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei n.º 13/2018 - Alteração à Lei n.º 3/2004 - Lei eleitoral para o Chefe do Executivo, que integrou representantes do órgão municipal na composição da Comissão Eleitoral do Chefe do Executivo e fez os respectivos ajustes sobre a distribuição dos assentos do 4.º sector da Comissão Eleitoral; ao mesmo tempo, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei n.º 1/2019 - Alteração à Lei n.º 5/1999 - Utilização e protecção da bandeira, emblema e hino nacionais, assegurando a aplicação efectiva das respectivas leis nacionais na RAEM.

Finalmente, quanto ao cumprimento das obrigações internacionais, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei n.º 15/2018 - Revogação do regime jurídico do exercício da actividade «offshore» e a Lei n.º 10/2019 - Alteração à Lei n.º 17/2009 - Proibição da produção, do tráfico e do consumo ilícitos de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, respectivamente, prevendo a primeira a cessação da concessão de autorização para o exercício da actividade offshore, e a eliminação dos vários benefícios fiscais de que as instituições offshore podem beneficiar, por forma a promover o aperfeiçoamento da transparência fiscal e da justiça tributária; tendo a segunda aditado 21 substâncias sujeitas a controlo, a fim de se harmonizar com o ritmo de combate à droga da sociedade internacional. As leis acima aludidas são todas da iniciativa do Governo.

No cumprimento da função fiscalizadora:

A Assembleia Legislativa no exercício das suas funções de fiscalização orçamental e de finanças públicas, conforme competências conferidas na Lei Básica, aprovou a Lei n.º19/2018 (Lei do Orçamento de 2019) e apreciou o Relatório sobre a Execução do Orçamento do Ano de 2017 e o Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2017, apresentado pelo Governo e, tendo ouvido e debatido, ainda, o Relatório das Linhas de Acção Governativa de 2019 apresentado pelo Chefe do Executivo. A par disso, no decurso do período normal de funcionamento, os deputados apresentaram 673 interpelações escritas e 87 orais, e foram realizadas dez sessões plenárias destinadas a estas últimas. No decurso das sessões plenárias e no período de antes da ordem do dia, os deputados apresentaram um total de 296 intervenções sobre assuntos relativos à política habitacional, transportes públicos, cuidados médicos e saúde, economia, cultura, ciência e tecnologia, educação, administração pública, segurança social entre outros. Por outro lado, a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Terras e Concessões Públicas, a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Finanças Públicas e a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos da Administração Pública acompanharam todas as matérias importantes na área da acção governativa e respectivas leis aplicáveis, elaborando 13 relatórios e devidos pareceres. Além disso, com vista a conhecer melhor a acção governativa, durante a sessão legislativa, os deputados à Assembleia Legislativa efectuaram visitas ao Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da cooperação Guangdong-Macau em Hengqin e ao Centro de Controlo de Operação do Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro, para que os trabalhos de fiscalização correspondam à realidade, conduzindo a uma maior eficácia.

A transmissão e auscultação de opiniões, propostas e críticas de diversa natureza formuladas pelos residentes, bem como a resposta atempada às demandas sociais aos requerimentos apresentados pela população constituem também atribuições do órgão legislativo. No decurso da sessão legislativa em curso, a Assembleia Legislativa continuou a reforçar o serviço de atendimento rotativo ao público por deputados, tendo 30 residentes sido atendidos presencialmente e 116 residente apresentaram à Assembleia Legislativa as suas opiniões e propostas por via telefónica e correio electrónico, entre outras. Para além disso, houve ainda residentes e associações que apresentaram, sucessivamente, ao longo desta sessão legislativa, 12 petições, que foram alvo do devido seguimento, consoante os termos concretos de cada caso.

O CCAC Atribui Igual Importância ao Combate à Corrupção e à sua Prevenção e o CA Actualizou e Modificou o Programa Informático de Auditoria



Em 2019, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) continuou a pautar o seu trabalho pela legalidade e seguindo a orientação da mesma valorização da repressão e da prevenção da corrupção, assegurando efectivamente o cumprimento da sua missão no combate à corrupção e na promoção da integridade. No âmbito do combate à corrupção, foi desenvolvido um esforço com base numa atitude pragmática face à procura da verdade e num espírito de persistência, combatendo, com toda a firmeza, actos de corrupção nos serviços públicos e em entidades privadas. No âmbito da provedoria de justiça, houve um empenho na fiscalização do funcionamento dos serviços públicos, prestando-se especial atenção às áreas a que a sociedade presta mais importância, tratando os actos administrativos ilegais ou irregulares atempadamente e apresentando sugestões para a sua correcção. Para além disso, o CCAC participou também activamente nos trabalhos relativos à avaliação da conformidade com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e foram reforçadas as capacidades profissionais do pessoal através da participação em conferências, reuniões e actividades de formação a nível internacional e regional. Acções de promoção dos valores de integridade foram igualmente desenvolvidas de forma regular e diversificada, com o intuito de expandir a rede de relações comunitárias e angariar o apoio da população em geral na construção de uma sociedade íntegra.

Em 2019, o CCAC recebeu um total de 584 queixas e denúncias, e 1089 pedidos de consulta e de informação sobre diferentes matérias. Até final de 2019, foram instruídos 111 processos no âmbito do combate à corrupção e 473 processos no âmbito da provedoria de justiça. Somando os casos transitados do ano anterior, 752 casos foram concluídos pelo CCAC em 2019. Destes, a Direcção dos Serviços contra a Corrupção encaminhou 15 para o Ministério Público, dois para outros serviços públicos e 170 foram arquivados. No âmbito da Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça, em 76 casos foram detectadas ilegalidades ou irregularidades administrativas, e foram emitidas sugestões ou recomendações com vista à sua regularização dirigidas aos respectivos serviços públicos e 489 casos foram arquivados.

Em 2019, 319 queixas e denúncias foram apresentadas de forma anónima, destas, 213 casos foram arquivados pelo CCAC devido à impossibilidade de obter informações necessárias a uma investigação mais aprofundada em virtude do seu anonimato.

No que se refere às acções de divulgação e sensibilização, o CCAC deu continuidade à realização dos vários tipos de acções de sensibilização para a integridade destinadas aos diferentes grupos da sociedade. Em 2019, foram organizadas 458 palestras e colóquios, contando com a participação de 27.272 pessoas, dirigidas maioritariamente aos trabalhadores da função pública, a membros de associações, a trabalhadores de estabelecimentos comerciais, a jovens e estudantes do ensino secundário e primário, entre outros. Também em 2019, a actividade “Uma Nova Geração Criativa e Honesta - Concurso de Colagem para Pais e Filhos/Concurso de Pintura Criativa” e uma exposição itinerante dos trabalhos premiados foram realizadas pelo CCAC e, a par disso, foi lançado uma edição do material didáctico “Pensar e Actuar” dirigido ao ensino secundário complementar para uso nas escolas.

As duas delegações do CCAC na Areia Preta e na Taipa continuaram a desenvolver as suas funções relativamente à recepção de queixas e denúncias, bem como à promoção comunitária. Em 2019, o número de queixas e denúncias, e de pedidos de consulta e de informação recebidos nestas duas delegações totalizou 537.

Quanto ao intercâmbio com o exterior, o CCAC enviou delegações para realizarem visitas às Comissões de Fiscalização da Província de Guangdong, e dos municípios de Chongqing e Zhongshan, ao Departamento de Segurança Pública da Província de Zhejiang e ao Colégio da Polícia de Zhejiang. A par disso, uma delegação do CCAC deslocou-se ao município de Guangzhou onde participou numa reunião conjunta com a Comissão de Fiscalização da Província de Guangdong e a Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong, tendo ali sido abordados conjuntamente temas relativos às acções de cooperação em prol da promoção da integridade na zona da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. O CCAC enviou também pessoal a Viena, Áustria, para participar na 10.^a Conferência Anual e Sessão Plenária da Associação Internacional de Autoridades contra a Corrupção (IAACA); a Hong Kong para participar no 7.^o Simpósio da Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong; a Istambul, Turquia, para participar na 2.^a Conferência Internacional de Ombudsman de Istambul e na 16.^a Assembleia Geral da Associação do Ombudsman Asiático (AOA); a Viena, Áustria, para participar, juntamente com a delegação nacional, nas reuniões relativas à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção; a Singapura para participar no 5.^o Simpósio sobre Regulação de Jogos e Crime; a Canberra, Austrália, para participar na 22.^a Reunião Plenária Anual do Grupo Ásia/Pacífico contra o Branqueamento de Capitais. Para além disso, em 2019, foram recebidas, pelo CCAC, delegações do ICAC de Hong Kong, da Provedoria da Justiça de Hong Kong, da Autoridade Reguladora dos Casinos de Singapura, do Parlamento Nacional da República Democrática de Timor-Leste e da Comissão Anti-Corrupção do Bangladesh, entre outras, trocando-se, de forma activa, experiências profissionais e abordando-se orientações relativamente ao desenvolvimento da cooperação mútua.

O CCAC adoptará o lema de governação «Sinergias e Avanço, Mudanças e Inovação» do V Governo da RAEM; planeará, com seriedade, o desenvolvimento a longo prazo da construção de uma sociedade íntegra, bem como o que respeita à organização interna e a afectação do pessoal do CCAC; fortalecerá a consciência dos trabalhadores da função pública relativamente ao cumprimento da disciplina e da lei; realizará, de forma contínua, acções de sensibilização

para a integridade destinadas aos cidadãos de Macau; empenhar-se-á, esforçadamente, no desenvolvimento de áreas de continuidade e de conexão, relativamente ao trabalho de supervisão, entre o CCAC e o Comissariado de Auditoria; tratará e acompanhará, de forma rigorosa e de acordo com a lei, as queixas dos cidadãos apresentadas contra os serviços públicos; bem como apurará as responsabilidades dos trabalhadores da função pública e encaminhará, de acordo com a lei, para julgamento aqueles que violarem a disciplina e a lei, no sentido de defender e promover a imagem de integridade e de justiça do Governo da RAEM.

Relatórios de auditoria



Em 2019, o Comissariado da Auditoria (adiante designado por CA) divulgou dois relatórios, incluindo o relatório de Auditoria de Resultados (Regime de recrutamento e selecção de trabalhadores para a Administração Pública) e o Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2018.

O relatório de auditoria de resultados “Regime de recrutamento e selecção de trabalhadores para a Administração Pública” foi realizado com o objectivo de avaliar as reformas do regime de recrutamento e selecção de trabalhadores para a Administração Pública implementadas pela Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública (adiante designado por SAFP) até Outubro de 2018, a execução e gestão dos concursos centralizados realizados sob o Regime de 2011 e os concursos de gestão uniformizada realizados sob o Regime de 2016 e, ainda, apresentar sugestões para o seu melhoramento.

Ao rever a evolução do regime de recrutamento e selecção de trabalhadores para a Administração Pública, entre 2011 e 2017, entraram em vigor três regimes. Durante esse período, foram alteradas uma Lei e um Regulamento Administrativo e revogado um Regulamento Administrativo. Assim, não só fez com que os serviços interessados no recrutamento e os candidatos não consigam adaptar-se às constantes mudanças de orientações do SAFP, como também os problemas continuaram a existir no regime, nomeadamente, a morosidade no recrutamento de pessoal, a afectação inadequada de trabalhadores, a repetição de candidaturas e os elevados custos de recrutamento.

O referido relatório de auditoria de resultados revela que os concursos abertos entre 2012 e 2014, isto é, durante a vigência do Regime de 2011, envolveram um custo de 5.503.127,90 patacas. Já durante o Regime de 2016, de acordo com as informações facultadas pelo SAFF e os serviços interessados no recrutamento de pessoal relativamente à abertura de concursos para três carreiras, as despesas totalizaram as 31.637.009,45 patacas. Devido a arranjos impróprios no processo de elaboração de regimes, resultados de concretização, custo e eficácia do procedimento concursal, causou a ocorrência de desperdício de recursos e de que os serviços interessados no recrutamento não seriam funcionados em normal, fazendo com que o regime de recrutamento que era rigoroso e fiável, acabou por se revelar ineficaz.

Intercâmbio na área de auditoria

Em 28 de Março, uma delegação chefiada pela auditora-geral do Gabinete da Auditoria Nacional (GAN), Hu Zejun efectuou, uma visita ao CA, na qual se reuniu com o comissário da Auditoria, Ho Veng On, e encontrou-se com a equipa profissional do CA. A auditora-geral, Hu Zejun, ouviu durante a visita uma apresentação sobre a aplicação pragmática do “Programa Informático de Auditoria in loco” na auditoria de resultados, sobretudo, o efeito na análise e processamento de mega dados. A delegação do GAN teve posteriormente um encontro com mais de 80 funcionários técnicos do CA para trocar opiniões sobre a aplicação do “Programa Informático de Auditoria in loco (edição de Macau)”, a partilha de experiências dos formados em vários cursos de formação organizados pelo GAN, a cobertura integral da auditoria e prioridades de mega dados na auditoria, o desenvolvimento actual da 3.ª fase do “projecto de auditoria de ouro” (sistema informático), bem como a capacitação da sua equipa.

Em Maio, os membros da directoria do Instituto Rui Barbosa (IRB) do Brasil efectuaram uma visita ao CA. O comissário da Auditoria, Ho Veng On, reuniu-se com o seu presidente, conselheiro Ivan Bonilha, tendo trocado opiniões sobre o desenvolvimento do CA e a promoção da boa governança através da auditoria.

Entre 5 e 7 de Junho, o CA, representado pelo comissário da Auditoria, Ho Veng On, participou, na qualidade de observador, no VI Seminário da Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP) que decorreu na cidade da Praia, capital de Cabo Verde. Durante o seminário, Ho Veng On trocou ideias com representantes provenientes de vários lugares sobre o tema e fez uma apresentação sobre a situação actual de Macau na sessão de partilha de experiências.

Nos dias 23 a 28 de Setembro, o comissário da Auditoria, Ho Veng On, a convite do GAN e enquanto membro da delegação da República Popular da China, esteve em Moscovo para participar no XXIII Congresso da Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria (INCOSAI). Durante o Congresso, Ho Veng On acompanhou a auditora-geral do GAN, Hu Zejun, nos diversos encontros e reuniões de trabalho com os dirigentes máximos das instituições congéneres, tendo trocado opiniões sobre a gestão e o desenvolvimento das instituições de auditoria.

No dia 6 de Novembro, na cidade de Huizhou, província de Guangdong, teve lugar o “VI Fórum de Auditoria Guangdong-Hong Kong-Macau 2019” organizado pelo Departamento de Auditoria daquela província. A convite da entidade organizadora, o comissário da Auditoria, Ho

Veng On, participou no referido evento, chefiando uma delegação do Comissariado de Macau, e partilhou com a representante do Gabinete da Auditoria Nacional, Zhou Wenhua, o director da Auditoria de Hong Kong, Chu Nai-cheung, e o chefe do Departamento de Auditoria de Guangdong, Lu Rongchun, impressões sobre o papel da auditoria na promoção do desenvolvimento da Grande Baía. O director dos Serviços de Auditoria do Comissariado de Macau, Neoh Hwai Beng, apresentou também uma comunicação intitulada "Breve apresentação sobre o papel da auditoria na promoção do desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau".

A convite do Tribunal de Contas de Portugal, entidade organizadora, o comissário da Auditoria, Ho Veng On, chefiando uma delegação do CA, participou no 1.º Seminário da EUROSAI-AFROSAI, e na celebração dos 170 anos da entidade organizadora, bem como dos 630 anos desde a sua origem como Casa dos Contos, nos dias 21 e 22 do Novembro, em Lisboa.

Actualização e modificação do «Programa Informático de Auditoria in loco»

Com a publicação da Lei do Enquadramento Orçamental e a sua entrada em vigor, o Governo da RAEM implementou o novo regime de contabilidade pública, e o CA teve de actualizar, por esse motivo, o Despacho do Comissário da Auditoria, por forma a recolher com eficiência e eficácia as contas e informações financeiras dos sujeitos a auditoria. Como as funcionalidades do programa de auditoria actual não se coaduna no seu todo com os requisitos do novo regime financeiro, o CA assumiu uma atitude pró-activa celebrando um Memorando de Cooperação com o Centro de Tecnologia Informática do Gabinete de Auditoria Nacional e constituindo como mandatário o Centro de Tecnologia Informática para assegurar uma plena fiscalização técnica de actualização e modificação do "Programa Informático de Auditoria in loco", trabalho este já iniciado conforme plano estabelecido.

Para dar execução às directrizes delineadas nas linhas de acção governativa quanto à promoção do Governo Electrónico, o CA desenvolveu por si próprio um "Programa Informático para Verificação de Dados Electrónicos" em resposta ao novo regime de contabilidade pública para uso dos serviços públicos.

Formação ao pessoal

Para elevar os conhecimentos profissionais do pessoal de auditoria, em 2019, o CA realizou, em conjunto, com a Associação de Auditores de Contas Registados de Macau, o curso de formação intitulado "Teorias e Práticas de Gestão de Obras", e com Centro de Formação Jurídica e Judiciária, o "Curso sobre Aperfeiçoamento do Procedimento Administrativo", o "Curso Sobre Introdução ao Regime Jurídico de Aquisição de Bens e Serviços", o "Curso sobre Introdução ao Regime de Administração Financeira Pública" e o "Curso sobre Aperfeiçoamento do Regime de Administração Financeira Pública". Além disso, o CA enviou pessoal a Nanjing para participar no curso de "Auditoria Informática - nível intermédio", realizado pelo GAN, permitindo-lhes assim a actualização atempada do conhecimento de auditoria e aplicados nos trabalhos de auditoria com vista à execução mais eficaz das tarefas de auditoria.

Divulgação e sensibilização

No domínio de divulgação, o CA deu continuidade aos “Encontros sobre a cultura de auditoria” dirigidos a participantes dos cursos de promoção das Forças de Segurança, a trabalhadores recém-admitidos na Função Pública, a associações sociais e a serviços públicos para promover a aplicação adequada do erário público. No ano findo, o CA realizou um total de 31 sessões, com cerca de 920 participantes.

Tribunais Insistem na Justiça no Julgamento de Causas Judiciais e Ministério Público Salvaguarda o Estado de Direito



Processos tratados pelos tribunais das três instâncias

2019	Tribunal de Última Instância	Tribunal de Segunda Instância	Tribunal Judicial de Base (incluindo o Juízo de Instrução Criminal)	Tribunal Administrativo	Total
Processos recebidos	144	1362	20.547	222	22.275
Processos concluídos	172	1491	20.720	206	22.589
Processos pendentes	48	596	12.384	119	13.147

Os processos recebidos pelos tribunais das três instâncias foram ainda principalmente processos penais e processos crimes do trabalho com 7438 processos (não incluindo processos recebidos pelo Juízo de Instrução Criminal), seguidos por 4665 processos cíveis do trabalho, 460 processos administrativos e 9712 processos de outras naturezas.

Divulgação jurídica e serviços de consulta

Para reforçar a divulgação jurídica e promover a transparência judicial, a partir de 9 de Outubro de 2013, os tribunais começaram a elaborar notícias sobre alguns processos típicos julgados pelos tribunais para publicar na página electrónica e na rede informática de notícias do Governo, e serem divulgadas pelos meios de comunicação social, esperando que, através desta medida, a sociedade obtenha melhor conhecimento jurídico e melhor observância legal, ao mesmo tempo que apreende diversas vias e metodologias judiciais para a resolução dos diferentes litígios. Até final de 2019, publicaram-se mais de 645 notícias, sendo 90 relativas a 2019.

O ponto de situação dos serviços de consultas prestados em 2019 pelo Tribunal Judicial de Base ilustra-se no seguinte:

2019	Juízo Penal	Juízo Civil	Juízo de Pequenas Causas Cíveis	Total
N.º total de pessoas recebidas	2284	4497	1695	8466
N.º de processos envolvidos	2475	4163	1695	8333
N.º de processos directamente tratados pela Secção de Informação	2402	3790	1695	7887
N.º de processos transferidos para o MP	68	319	-	387
N.º de processos transferidos para outros departamentos	5	54	-	59
N.º de consultas de informação por telefone	527	836	-	1363

Assistência e execução das decisões judiciais

Relativamente à citação ou notificação de actos judiciais e produção de provas em matéria civil e comercial, bem como, a outros actos judiciais das mesmas matérias, o TUI recebeu, em 2019, um total de 170 pedidos de tribunais do interior do País. Enquanto os tribunais da RAEM solicitaram 61 esclarecimentos ao Interior do País.

Em 2019, o Tribunal de Segunda Instância recebeu 23 pedidos de revisão e confirmação de decisões proferidas por tribunais ou árbitros do Interior do País, enquanto os tribunais judiciais de base receberam quatro processos executórios de decisões proferidas por tribunais ou árbitros do Interior da China, já revistas e confirmadas pelo Tribunal de Segunda Instância.

Declarações de bens patrimoniais e interesses

Em 2019, o TUI, ao implementar as disposições da Lei n.º 11/2003 alterada pela Lei n.º 1/2013 e atender individualidades no procedimento de declarações de bens patrimoniais e interesses, instalou 177 novos arquivos individuais e tratou 1970 declarações, envolvendo 1676 indivíduos, e procedeu à compilação e renovação, nos termos da lei, do conteúdo dos arquivos individuais de declarações de bens patrimoniais e interesses.

Por outro lado, segundo as disposições da mesma Lei, o Serviço do TUI disponibiliza, na sua página electrónica, o conteúdo da Parte IV de todas as declarações recebidas que deve ser publicado nos termos da lei. Em 2019, foram publicados e podem ser consultados na página electrónica os documentos entregues por 276 individualidades com 366 declarações (Parte IV). Actualmente, as declarações de bens patrimoniais e interesses, que foram publicadas e podem ser consultadas na página electrónica, totalizaram as 3122, envolvendo 749 individualidades.

Balanço dos trabalhos dos tribunais da RAEM ao longo dos 20 anos e a sua perspectiva

O presidente do Tribunal de Última Instância, Sam Hou Fai, fez, no seu discurso proferido na Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário de 2019/2020, um pleno resumo quanto aos trabalhos exercidos pelos tribunais da RAEM ao longo dos 20 anos após a transferência de soberania: 1. Assegurar o funcionamento normal e eficiente do novo sistema judicial. No período inicial da RAEM, foi garantido o funcionamento independente e normal dos órgãos judiciais, e realizada uma transição sem sobressaltos na área judicial, a par disso, tem-se insistido em realizar reformas e inovações, por forma a dar resposta atempada aos desafios colocados pelo rápido desenvolvimento da sociedade. 2. Exercer rigorosamente as atribuições constitucionais conferidas pela Lei Básica. Os tribunais das diversas instâncias de Macau julgaram um avultado número de processos relacionados com a interpretação e aplicação de normas da Lei Básica, tratando de questões respeitantes, nomeadamente aos direitos fundamentais dos residentes de Macau, aos terrenos, ao estatuto de residente permanente, à autorização de residência, ao subsídio de residência, ao princípio da igualdade, ao valor hierárquico das convenções internacionais em Macau, ao conceito de regulamento administrativo e ao poder regulamentar do Chefe do Executivo. Mormente, ficou resolvida na sua origem a questão jurídica, relativa à legalidade dos regulamentos administrativos, de grande relevância que pôs em causa o eficaz funcionamento do sistema político. 3. Impulsionar a reforma judiciária e elevar a eficiência judicial. Por um lado, aumentou-se o número de juízes e de funcionários de justiça, a fim de atenuar a carência de recursos humanos nos tribunais. Por outro lado, promoveu-se a reforma judiciária, de modo a elevar a eficiência judicial. 4. Salvaguardar a independência judicial e insistir na justiça imparcial. 5. Reforçar a comunicação com os cidadãos e promover a transparência judicial. O alargamento contínuo do uso da língua chinesa nas actividades judiciais, a criação de balcões de informação nos tribunais, a criação da página electrónica dos tribunais e a publicação atempada das sentenças importantes oferecem uma plataforma para os cidadãos melhor conhecerem a lei e os tribunais, bem como as partes intervirem nos processos com uma maior facilidade. 6. Consolidar a cooperação judiciária e intensificar o intercâmbio judicial. O intercâmbio judicial é

impulsionado, principalmente, em dois planos. No plano internacional, consolida-se, em particular, as comunicações com os órgãos judiciais dos países e regiões de língua portuguesa e dos países da Ásia-Pacífico. No plano regional, importa-se o intercâmbio entre os órgãos judiciais dos quatro lugares dos dois lados do Estreito de Taiwan. Sobretudo, o intercâmbio com o Interior da China e os respectivos cursos de formação levam os juizes e os funcionários de justiça a conhecerem a história, a cultura, as realidades do País, a Constituição e a Lei Básica. No âmbito da cooperação judiciária, os tribunais participaram e impulsionaram as negociações sobre os assuntos judiciários e a cooperação judiciária que o Governo da Região efectuou com outros países ou regiões, e deram efectiva execução aos acordos que já entraram em vigor.

O presidente, Sam Hou Fai, sugeriu que se desse especial atenção aos seguintes aspectos: primeiro, aperfeiçoar o sistema jurídico, e elevar a eficiência judicial. As medidas a tomar compreendem: procurar realizar o progresso da eficiência judicial através de reforma do regime processual; instituir um sistema pluralista de meios de resolução de conflitos, para acabar com o sistema monopolista vigente em Macau, e dissipar a contradição entre o aumento drástico de processos judiciais e a limitação dos recursos judiciários, nomeadamente introduzir, mediante legislação, o regime jurídico de mediação, que se revela mais adequada à realidade de Macau do que a arbitragem; discutir a possibilidade de transferir a competência dos tribunais sobre alguns processos para outras entidades, de modo a aliviar a carga dos tribunais. Segundo, continuar a acelerar o processo de cooperação judiciária com o exterior. É de reforçar ainda mais a cooperação judiciária com os países de língua portuguesa; reforçar a cooperação judiciária com os países ao longo da Faixa e Rota da Seda, especialmente os do Sudeste Asiático; reforçar a cooperação judiciária em matéria criminal com os países cujos nacionais cometem mais crimes em Macau; há que ter um pensamento inovador, para resolver os conflitos jurídicos e superar os obstáculos jurídicos com que se confrontarão na construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Terceiro, melhorar as instalações dos tribunais para resolver o problema de longa data de insuficiência de instalações dos órgãos judiciais.



As actividades do Ministério Público da RAEM desenvolvidas em 2019 resumem-se ao seguinte:

1. O Ministério Público exerceu, nos termos da lei, as suas funções jurisdicionais no combate às actividades criminais, salvaguardando com mecanismo jurídico a justiça e a ordem da sociedade, bem como o Estado de Direito.

2. O Ministério Público actuou rigorosamente, de acordo com o princípio da legalidade, defendendo recursos de terrenos da RAEM pertencentes ao Estado e interesses públicos e assegurando os direitos e interesses legítimos dos trabalhadores e de outras pessoas jurídicas.

3. O Ministério Público formulou, a partir do ponto de vista das suas funções jurisdicionais, os respectivos pareceres jurídicos aos serviços da justiça quanto à produção legislativa e à revisão de leis da RAEM e quanto ao trabalho de consultas sobre acordos de cooperação judiciária regional e internacional.

4. O Ministério Público forneceu, do ponto de vista das suas funções jurisdicionais, os pareceres jurídicos aos grupos de trabalho interdepartamentais.

5. O Ministério Público reforçou a função de apoio técnico e administrativo do Gabinete do Procurador ao trabalho jurisdicional do Ministério Público.

6. O Ministério Público intensificou a construção informática do trabalho jurisdicional e utilizou meios científicos e tecnológicos para melhorar a qualidade e a eficácia do trabalho jurisdicional.

Em 2019, o número total de processos penais autuados pelo Ministério Público foi de 14.923, representando uma subida de 3,5 por cento quando comparado com 14.418 autuados no ano judicial de 2018. A par disso, no Serviço de Acção Penal foram, em 2019, concluídos 15.444 processos, traduzindo um aumento de 6,86 por cento em relação ao ano anterior e o número total de acusações foi de 4128, perfazendo uma descida de 3,19 por cento, enquanto o número de processos arquivados foi de 10.982, marcando um acréscimo de 10,86 por cento. Por outro lado, foram reabertos 246 inquéritos arquivados por terem sido encontradas novas provas após a investigação, implicando uma diminuição de 6,46 por cento.

Analisados os dados estatísticos acima citados, verificou-se uma subida de 6,86 por cento nos números de inquéritos concluídos pelo Serviço de Acção Penal, o que traduz o resultado dos grandes esforços envidados pelo mesmo Serviço no sentido de despachar inquéritos antigos e acumulados, sem prejuízo da tramitação dos novos inquéritos.

Os dados estatísticos demonstram ainda uma diminuição de 3,19 por cento nos números de processos acusados e uma subida de 10,86 por cento nos números de processos arquivados. Da análise, concluiu-se que foram os três fundamentos que levaram ao arquivamento: não identificação de autor após a investigação, manifestação por parte do ofendido de não desejar procedimento criminal e insuficiência de provas da prática de crime, de modo que esta situação objectiva impossibilitou legalmente a dedução de acusações dos respectivos processos.

Em 2019, os cinco grupos de crimes com mais inquéritos autuados no território foram, por ordem decrescente, os seguintes:

1. 5027 processos autuados por crimes de furtos, roubos e danos patrimoniais (um aumento anual de 1,8 por cento);
2. 1824 processos autuados por crimes relacionados com burlas, extorsões, entre outros (uma subida anual de 23,01 por cento);
3. 1456 processos autuados do crime de ofensa à integridade física (uma diminuição anual de 6,61 por cento);
4. 1126 processos autuados relativos a crimes causados por acidente de viação (uma descida anual de 2,34 por cento); e
5. 1022 processos autuados respeitantes aos crimes de imigração ilegal e crimes relacionados (uma subida anual de 11,69 por cento).

Além disso, foram os seguintes crimes que se registaram com maior número de atuação:

- 853 crimes de jogo ilícito, com um acréscimo anual de 4,41 por cento;
- 529 crimes de falsificação de documento, com um aumento anual de 3,93 por cento;
- 383 crimes contra a liberdade pessoal, com um aumento anual de 16,06 por cento;
- 306 crimes contra a autoridade pública, com uma diminuição de 22,53 por cento; e
- 292 crimes informáticos, com uma descida de 17,05 por cento.

No ano 2019, foram autuados 48 inquéritos de branqueamento de capitais, com uma diminuição de quatro por cento quando comparados com os 50 do ano 2018, enquanto, foram autuados 209 inquéritos de crime de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, representado um aumento de dez por cento em comparação com 190 inquéritos autuados em 2018. Esses dados demonstram que o trabalho da prevenção e combate aos crimes de branqueamento de capitais realizado no ano 2019, na RAEM, surtiu resultados. Contudo, o aumento de crime de droga, e especialmente a tendência de aumento de tráfico de drogas, verificada nos últimos anos, praticado por grupos criminosos estrangeiros, que vieram a Macau para traficar drogas aproveitando adolescentes ou pessoas com dificuldades económicas, merecem atenção especial.

A partir do ano 2015, registou-se uma remessa anual de mais de 4000 inquéritos que resultaram em acusação ao Tribunal Judicial de Base para julgamento. Durante o ano de 2019, além da intervenção em audiências de julgamento e do trabalho executório de sentenças, os magistrados do Serviço do Ministério Público junto do Tribunal Judicial de Base têm ainda apresentado 74 recursos de decisões proferidas em primeira instância e 440 respostas a recurso.

Por outro lado, para cumprir as funções de defesa e fiscalização da imparcialidade da justiça, os delegados dos Serviços do Ministério Público junto do Tribunal Judicial de Base participaram, nos termos da lei, nos trabalhos processuais das causas cíveis e laborais e nos procedimentos preliminares relativos às respectivas matérias.

Com vista a proteger ao máximo e mais rápido possível os direitos e interesses dos trabalhadores do grupo relativamente desfavorecido no decurso do tratamento dos processos laborais, o Ministério Público realizou, nos termos do Código do Processo Laboral, tentativas de conciliação, em prol da defesa dos interesses dos trabalhadores. Em 2019, o Ministério Público

interveio em 618 processos do Juízo laboral, sendo dos quais:

- 408 processos de incidente de trabalho e doença profissional (foram realizadas 396 tentativas de conciliação e apenas intentadas 39 acções por não ter havido acordo);

- 210 processos comuns do trabalho (foram realizadas 215 conciliações e intentadas apenas quatro acções).

Resultou, assim, que 611 trabalhadores foram envolvidos nas reconciliações organizadas pelo Ministério Público e 43 intentaram acções.

A par disso, na defesa dos interesses dos menores, dos mais desfavorecidas e dos interesses públicos legais, cabe ao Ministério Público a intervenção oficiosa nos processos civis que envolvam menores, ausentes, pessoas com capacidade limitada e os incapazes. Em 2019, o Ministério Público despachou 53 processos de investigação oficiosa de paternidade/maternidade e deduziu ao tribunal 117 acções em representação de menores, marcando uma diminuição de 16,42 por cento em relação às 140 acções de 2018. Interveio em 618 processos de Interdição/inabilitação/curadoria, de execução por custas, de falência, de inventário obrigatório e de reclamação dos impostos em representação dos cofres da Região Administrativa Especial de Macau, traduzindo um aumento de 9,57 por cento em relação aos 564 processos de 2018.

Ao mesmo tempo, para proceder a trabalhos processuais de natureza civil e laboral, o Serviço do Ministério Público junto do Tribunal Judicial de Base autuou, em 2019, 1267 processos (processos administrativos internos) preliminares das matérias cíveis e laborais, marcando um aumento de 2,34 por cento em relação aos 1238 processos autuados em 2018.

Além disso, o Serviço do Ministério Público junto do Tribunal Judicial de Base acompanhou ainda, em 2019, 234 processos de pedido de indemnização intentadas, contra o Governo da RAEM, devido à declaração da caducidade da concessão de terrenos, que provocaram a intervenção do Governo, tendo este número de processos representado um aumento de 444,19 por cento quando comparados com os 43 registados em 2018.

Em 2019, o Serviço do Ministério Público junto do Tribunal Administrativo recebeu um total de 95 recursos contenciosos, intentou 13 acções e 15 processos urgentes de outro tipo, interveio, como intervenção principal, em 99 processo e apresentou, após vista, 559 articulados.

O Serviço do Ministério Público junto do Tribunal Administrativo acompanhou 81 processos de pedido de indemnização decorrentes da declaração da caducidade da concessão de terrenos pelo Governo da RAEM, sendo que registou apenas um processo de tal género em 2018. Para além disso, o mesmo Serviço acompanhou ainda três processos de pedido de indemnização resultantes de obras públicas, em que estava envolvido o Governo da RAEM.

Em 2019, o Serviço do Ministério Público junto do Tribunal de Última Instância e de Segunda Instância participou num total de 1395 processos penais, civis e administrativos, e emitiu 1446 pareceres escritos em recursos de processo e repostas a recurso. Tratou de um total de 158 processos de diversa natureza do Tribunal de Última Instância e emitiu 107 pareceres escritos em recursos de processo e repostas a recurso.

O Serviço do Ministério Público junto do Tribunal de Última Instância e de Segunda Instância

acompanhou um total de 107 processos referentes à concessão de terrenos, emitindo 101 pareceres, enquanto participou num total de 23 processos relacionados com obras públicas, emitindo 24 pareceres.